

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA-INC
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

Josileno Estevão Marubo

**TRAJETÓRIA DE LUTA E CONQUISTAS DO POVO MARUBO SOBRE A
POLÍTICA ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI/AM**

Benjamin Constant – AM
2023

**TRAJETÓRIA DE LUTA E CONQUISTAS DO POVO MARUBO SOBRE A
POLÍTICA ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final à obtenção do grau de
Bacharel em Antropologia pelo Instituto de
Natureza e Cultura-INC/UFAM

Orientador: Professor MSc. Rodrigo Oliveira Braga Reis

Benjamin Constant – AM
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M389t Marubo, Josileno Estevão
Trajetória de luta e conquistas do povo Marubo sobre a política escolar indígena no Vale do Javari /AM / Josileno Estevão Marubo . 2023
65 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Rodrigo Oliveira Braga Reis
TCC de Graduação (Antropologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Política. 2. Movimento indígena. 3. Educação. 4. Vale do Javari. I. Reis, Rodrigo Oliveira Braga. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JOSILENO ESTEVÃO MARUBO

**TRAJETÓRIA DE LUTA E CONQUISTAS DO POVO MARUBO SOBRE A
POLÍTICA ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final à obtenção do grau de
Bacharel em Antropologia pelo Instituto de
Natureza e Cultura-INC/UFAM

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Rodrigo Oliveira Braga Reis, Orientador
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. María Rossi Idárraga, Avaliadora
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Nilvânia M. Amorim de Barros, Avaliadora
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer Kanavoã (Deus) por chegar até aqui com saúde, por ele ter me cuidado durante minha vida acadêmica e não deixar nada de ruim acontecer comigo no trajeto da estrada até a Universidade, que não foram fáceis, sou grato por ter recebido capacidade de lutar pelos meus sonhos e alcançar objetivos.

Agradecer minha querida mãe, Laurita Dionizio Marubo, nome indígena *Vama Ewa*, etnia Marubo, clã *wanivo*, uma mulher forte, trabalhadora, nunca frequentou nenhuma uma escola, mas, é uma mulher sábia; ao meu pai Estevão Nascimento Cruz, da etnia Marubo, nome indígena *Vanã Papa*, sempre me apoiou e incentivou nos estudos, eles acreditaram em mim.

Agradecer minha amiga Samile Rodrigues Mello, um presente que ganhei da UFAM, ela não pode ser minha irmã de sangue, mas, é uma irmã de coração, passamos momentos bons e ruins, já enfrentamos várias barreiras e obstáculos juntos, principalmente na época que o trajeto da estrada BR-307 estava em péssimas condições de buraco e lama.

Agradecer as pessoas que conheci durante o curso, Raul Almeida, Greiciane Mello, Elney Gomes, Robson Rivera, Braienny Darla, Débora Valéria, Hizandro Pedro e Higor Ricardo que foram meus colegas de turma, levarei cada um deles no fundo meu coração, apesar das nossas diferenças, construímos um vínculo de amizade muito forte durante a faculdade.

Agradecer meus amigos de infância: Robson Pereira Chaves (Dannie Chaves), Liung de Souza, Lia Priscila, sempre me apoiaram direta e indiretamente nos meus estudos.

Quero aqui deixar o meu sincero agradecimento aos professores Marubo Walciley Oliveira Duarte (Panã), Amélia Barbosa da Silva (Vinãwa) e aos demais professores. E às lideranças do Movimento Indígena em Atalaia do Norte, Paulo Dollis Barbosa, Manoel Barbosa da Silva (Chorimpa) e Lucas Mariano Marubo que contribuíram com as informações e apoio a este trabalho.

Agradecer meu orientador Rodrigo Reis, que teve muita paciência comigo durante a orientação, me deu maior apoio em relação ao tema que escolhi, ele contribuiu bastante em relação a correção de erros ortográficos e dando direção correto para elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, foi um grande amigo e um companheiro mesmo, não teria conseguido sem ele.

Resumo

Esta monografia trata-se de um trabalho realizado com o povo Marubo que habita comunidades distribuídas em duas calhas de rios, rio Curuçá e rio Ituí, no território do Vale do Javari. Nela escrevo sobre trajetórias dos professores Marubo, suas lutas e conquistas, buscando direitos de ter uma educação de qualidade. Para aprofundar a temática proposta, primeiramente recorremos a leitura de autores que fizeram trabalho de pesquisa na bacia do Vale do Javari, com foco especial no povo Marubo. Dando continuidade as pesquisas que versam sobre política e trajetórias de lideranças do Vale do Javari, busquei com esta pesquisa analisar as relações entre a educação escolar e as mobilizações dos povos indígenas desta região. Neste sentido tomei como elemento de análise tanto as reivindicações pela instalação de escolas, contratação de professores e pela efetivação de políticas educacionais bilíngues e diferenciadas, quanto o papel da escolarização nas trajetórias de professores e lideranças e o papel que estes atores desempenharam na formação do movimento indígena. Podemos identificar que na história do movimento indígena, desde sua criação, foram fundamentais na luta política dois jovens com dom de liderar outros povos, dialogando e articulando com autoridades locais, órgãos governamentais e não governamentais, instituições nacionais, fazendo excelente trabalho. Durante algumas décadas, os povos indígenas do Javari foram alfabetizados pela Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), porém, os missionários tinham interesses próprios de suas igrejas, de evangelizar os indígenas e fazer a tradução a Bíblia na língua materna. Conforme estudos realizados, documentais, bibliográficos e levantamentos de campo, percebe-se a importância da atuação de lideranças e professores Marubo que participaram do movimento histórico de professores no Vale do Javari, dando início a novas formas de acesso ao conhecimento do “mundo do homem branco”. O surgimento de professores nas aldeias ganhou o significado da realidade sociocultural do grupo, buscando alternativas para garantia de territórios, a construção educacional, forma de ensinar jovens através de escrita, pensando futuramente. Ao final, abordo também as dificuldades enfrentadas pela Secretaria municipal de Educação de Atalaia do Norte, para fazer trabalhos nas escolas indígenas do Vale do Javari durante Pandemia covid-19.

Palavras chaves: Política, Movimento Indígena, Educação, Vale do Javari.

RESUMEN

Esta monografía es un trabajo realizado con el pueblo Marubo, que vive en comunidades distribuidas en las cuencas de los ríos Curucá e Ituí, en el territorio del Valle del Yavarí. Escribo sobre las trayectorias de los profesores Marubo, sus luchas y logros, buscando el derecho a tener una educación de calidad. Para profundizar en el tema propuesto, primero recurrimos a la lectura de autores que realizaron trabajos de investigación en la cuenca del Valle del Yavarí, centrándonos especialmente en el pueblo Marubo. Continuando con las investigaciones sobre la política y las trayectorias de los líderes del Valle del Yavarí, analicé la relación entre la educación escolar y las movilizaciones de los pueblos indígenas de esta región. En este sentido, tomé como elemento de análisis tanto las reivindicaciones para la creación de escuelas, la contratación de profesores y la implementación de políticas educativas bilingües y diferenciadas, como el papel de la escolarización en las trayectorias de profesores y líderes y el papel que estos actores desempeñaron en la formación del movimiento indígena. Podemos identificar que en la historia del movimiento indígena, desde su creación, dos jóvenes con el don de liderar otros pueblos fueron fundamentales en la lucha política, dialogando y negociando con autoridades locales, organismos gubernamentales y no gubernamentales e instituciones nacionales, realizando un excelente trabajo. Durante varias décadas, los indígenas del Yavarí fueron alfabetizados por la Misión Nuevas Tribus de Brasil (MNTB), pero los misioneros tenían intereses propios para evangelizar a los indígenas y traducir la Biblia a su lengua materna. De acuerdo con los estudios documentales y bibliográficos y las investigaciones de campo, es posible notar la importancia de la actuación de los líderes y profesores Marubo que participaron en el movimiento histórico de profesores en el Valle del Yavarí, iniciando nuevas formas de acceso al conocimiento del "mundo de los blancos". El surgimiento de los maestros en las aldeas adquirió el significado de la realidad sociocultural del grupo, buscando alternativas para garantizar territorios, la construcción educativa, una forma de enseñar a los jóvenes a través de la escritura, pensando en el futuro. Para terminar, también discuto las dificultades enfrentadas por la Secretaría Municipal de Educación de Atalaia do Norte, para realizar el trabajo en las escuelas indígenas del Valle del Yavarí durante la Pandemia covid-19.

Palabras clave: Política, Movimiento Indígena, Educación, Vale do Javari.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Terra Indígena Vale do Javari	12
Figura 2: Clóvis, Coordenador do CIVAJA na V Assembleia Geral 2003	18
Figura 3: Jorge Marubo, tesoureiro do Civaja na Vª Assembleia geral, 2003	19
Figura 4: Professora Amélia Barbosa, escola Tamã Maia, aldeia Volta Grande.....	20
Figura 5 ABREU, Sebastiana, Formação continuada para professores Indígenas, 2018	33
Figura 6 MARUBO, Josileno, escola Panã Wasinawa, aldeia Txonawaya, rio Curuçá 2021	34
Figura 7 MARUBO, Josileno. Aldeia São Salvador, escola mestre Txano construída 2017	36
Figura 8 ABREU. Professores indígenas da turma de Pedagogia Intercultural na orientação, 2019	43
Figura 9 ABREU. Professores da turma de Licenciatura em Matemática do PARFOR, produzindo materiais pedagógicos, 2019	44
Figura 10 Professores do Médio Curuçá em capacitação, 2021	52
Figura 11 Apostila produzida para Educação Infantil, 2020	53
Figura 12 Apostila produzida para Educação Infantil, 2021	53
Figura 13 MARUBO. Professores do rio Ituí, Jaquirana, Curuçá e Rio Branco recebendo orientações sobre parecer avaliativa das atividades remotas do ano letivo de 2020, que foi realizada no auditório da UNIVAJA	55
Figura 14 MARUBO. Indo deixar material escolar na aldeia Komãya rio Curuçá, 2017	56

LISTAS DE SIGLAS

- CEEI**- Coordenação da Educação Escolar Indígena.
- SEMED**- Secretaria Municipal de Educação.
- CIVAJA**- Conselho Indígena do Vale do Javari.
- UNIVAJA**- União dos Povos Indígenas do Vale do Vale.
- CONDISI**- Conselho Distrital de Saúde.
- AIS**- Agente de Saúde.
- OAMI**- Organização das aldeias Marubo do Rio Ituí.
- AMAS** - Associação Marubo de São Sebastião.
- AIMA** - Associação Indígena Matis.
- AKAVAJA** - Associação Kanamari do Vale do Javari.
- ASDEC** - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povo Marubo.
- OGM** - Organização Geral dos Mayoruna.
- AMAJA** - Associação dos Matsés do Alto Jaquirana.
- AIKUVAJA** - Associação Ibá Kulina do Vale do Javari.
- MNTB**- Missão Novas Tribos do Brasil.
- FUNAI**- Fundação Nacional de Índio.
- CTI**- Centro de trabalho Indigenista.
- TI**- Terra Indígena.
- UEA**- Universidade Estado do Amazonas.
- SEDUC-AM**- Secretaria Estadual de Educação do Amazonas
- PT**- Partidos dos Trabalhadores.
- CR-VJ**- Coordenação Regional Vale do Javari.
- MEC**- Ministério da Educação.
- LDB**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- GT**- Grupo de Trabalho.
- OIT**- Organização Internacional do Trabalho.
- PPP**- Projeto Político Pedagógico Indígena
- CIMI**- Conselho Missionário indígena.
- OMS**-Organização Mundial de Saúde.
- UNDIME/AM**- União dos Dirigentes Municipais de Educação.
- CONSED**- Conselho Nacional de Secretários de Educação.
- UNCME**- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.
- SEMAI**- Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO POVO MARUBO NO VALE DO JAVARI	15
1.1 A Terra Indígena Vale do Javari.....	15
1.2 Das lideranças e o movimento indígena.....	16
CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS INDÍGENAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI	25
CAPÍTULO 3. AS CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI	32
3.1 A Coordenação de Educação Escolar Indígena: demandas, reivindicações e conquistas.....	32
3.2 Demandas atendidas.....	33
3.2.1 Escolas Indígenas.....	33
3.2.2 Modalidade de ensino atendido.....	39
3.2.3 Calendário letivo diferenciado	41
3.2.4 Ações realizadas 2017 a 2020	41
3.2.5 Acompanhamento Pedagógico na aldeia	42
3.3 Projeto Político Pedagógico (PPP)	44
3.4 Formação de professores Indígenas.....	46
3.4.1 Magistério Indígena	46
3.4.2 Licenciatura indígena.....	46
CAPÍTULO 4. PANDEMIA COVID-19	49
4.1 Enfrentamento da Pandemia COVID-19	49
4.1.1 Dificuldades enfrentadas para chegar nas aldeias Marubo	55
REFERÊNCIAS	59
Apêndice 1: Quadro de resumo da leitura documental	62
Apêndice 2: Registros fotográficos.....	64

INTRODUÇÃO

Esta monografia trata de um trabalho de pesquisa etnográfica, realizada com o povo Marubo, que habitam comunidades distribuídas em duas calhas de rios, rio Curuçá e rio Ituí, no território do Vale do Javari. Nela escrevo sobre trajetórias dos professores Marubo, suas lutas e conquistas, buscando direitos de ter uma educação de qualidade.

A ideia do tema surgiu de experiências de trabalhos e viagens realizada nas calhas dos rios Ituí e Curuçá Terra indígena, durante 2017 a 2021 que fiquei trabalhando como funcionário da prefeitura na Coordenação da Educação Escolar indígena que fica localizada numa sala na sede da Secretaria de Educação Municipal (SEMED) no município de Atalaia do Norte-AM.

No ano de 2017 fui convidado pela Secretaria Municipal de Educação para fazer parte da equipe da Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI) para ajudar o Coordenador Walcilei Oliveira Duarte, na parte administrativa, e pela Pedagoga dos professores Marubo, Amélia Barbosa. Meu trabalho era fazer um pouco de cada coisa, trabalho administrativo, organizar papelada e ajudava a pedagoga Amélia Barbosa no atendimento dos professores indígenas, preenchimento de diário de classe, lançamento de notas bimestrais. O Walcilei sendo Coordenador da Educação, ele também fazia papel de Pedagogo, atendia os professores do rio Ituí e outros professores indígenas.

A Secretaria Municipal de Educação além de atender escolas da zona urbana e rural, também é responsável pelas escolas indígenas da zona rural de distribuição de material didático, material escolar e merenda escolar. No caso das escolas indígenas, a equipe da coordenação indígena que são responsáveis de fazer entrega dos matérias para cada escola, na programação de viagem para as aldeias, eu era colocado para viagem, mesmo sem ter formação específica na área de educação, apenas com as orientações recebidas pela equipe da SEMED.

Como estudante quando viajava par aldeias, fazendo acompanhamento de entrega de material escolar, presenciava carência de escolas, falta de estrutura, e as necessidades enfrentadas no cotidiano dos professores, reclamação dos caciques pela falta de merenda escolar, todo que é colocado no relatório técnico de trabalho, como dificuldades, necessidades, cobranças dos caciques – que às vezes não recebiam a devida importância, muitas vezes não eram atendidos, isso me deixava triste, me sentia irresponsável, mas eu não

tinha alternativas para atender essas cobranças de lideranças, apenas recebia ordem como funcionário.

Enquanto funcionário não podemos reclamar e nem criticar a instituição no qual fazia parte, apenas executar aquilo que é mandado ou pedido para realizar, às vezes você é chamado atenção por reclamar ou por causa de fofocas, por isso todo cuidado é necessário, principalmente, sendo funcionário público da prefeitura que é trabalho temporário.

No ano de 2021 decidir trabalhar com o tema abordado, como acadêmico sei quais meios que podia seguir, sabia onde podia pisar sem ser criticado, por isso aproveitei cada viagem nas calhas de rio coloquei nas minhas anotações no diário de campo, tempo que passei viajando no Javari não foi em vão, foram momentos de experiência, aprendizagem e aproveitamento. Para um recém-chegado na área de educação, que não tinha formação, mas aprendi na prática de trabalho.

Sem as viagens da SEMED eu não teria conseguido produzir este trabalho, claro algumas coisas foram até difíceis até para mim mesmo, definir quem eu sou, às vezes falo como funcionário e uma hora falo como pesquisador, na verdade sou pesquisador, mas faço relato de trabalhos que realizei como funcionário público da prefeitura, através destes trabalhos realizados que desenvolvi: Trajetória de Luta e Conquistas do Povo Marubo sobre a Política Escolar Indígena no Vale do Javari/AM.

Com realização da prática de campo nas comunidades, com a observação participante e coleta de dados, foram identificados os conceitos e aspectos a serem abordados e debatidos durante o trabalho.

Para aprofundar a temática proposta, primeiramente recorremos a leitura de autores que fizeram trabalho de pesquisa na bacia do Vale do Javari, com foco especial no povo Marubo, como: Relatório sobre os índios Marubo (DELVAIR E MELATTI, 1975); Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena do Vale do Javari (COUTINHO, 1998); O mundo de João Tuxaua: (Trans) formação do povo Marubo (WELPER, 2009), dentre outros. Para termos compreensão do que esses autores discutem durante a pesquisa, tanto na história, a cultura, ritual, cerimônia, quanto no comportamento desses povos, e entender o processo de relações interétnicas no envolvimento dos indígenas em políticas públicas e órgãos governamentais e não governamental.

Na fronteira do Brasil com o Peru localiza-se a Terra Indígena do Vale do Javari (Mapa 1) com uma extensão de 8.527.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 2.068 km. É a segunda maior área indígena do Brasil. Está situada na região do Alto

Solimões, no sudoeste do estado do Amazonas. Abrange áreas drenadas pelos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itacoai e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutai e Jandiatuba, compreendendo terras dos municípios brasileiros de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai.

Atualmente vivem mais de 6.549 indígenas das etnias: Kanamari, Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés (Plano Distrital de Saúde Indígena 2020-2023-Dsei Vale do Javari).

O Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) que lutava pelos direitos da população indígena, criado no momento da mobilização da demarcação da TI, no ano de 2008 foi substituído pela União dos Povos Indígenas do Vale do Vale (UNIVAJA). Segundo (REIS, 2021) observa-se que o surgimento de associações de abrangência mais restrita, delimitadas pelo pertencimento étnico e/ou pela localização da aldeia. Independentemente da demarcação da Terra Indígena do Vale do Javari, os povos indígenas desta região vêm sofrendo impactos das diversas frentes econômicas empreendidas no estado do Amazonas e nas localidades fronteiriças, principalmente pelos madeireiros e pescadores ilegais.

Além disso, a terra demarcada enfrenta entrada de invasores dentro do território indígena que é um problema constantemente discutido pelas lideranças para tentar encontrar uma possibilidade de evitar qualquer tipo de situações de ilegalidades, outros problemas abordados são no campo da saúde e da educação, principalmente a educação que é tema principal deste trabalho, em diversas reuniões, audiências e assembleias, sempre buscando alternativas para solução. Conforme afirmado por Reis, *et. al.* (2020), “Os problemas de saúde assolam as aldeias, juntamente à falta de escolas com Ensino Médio, questões apontadas como os principais motivos de deslocamento dos indígenas para a sede do Município de Atalaia do Norte”.

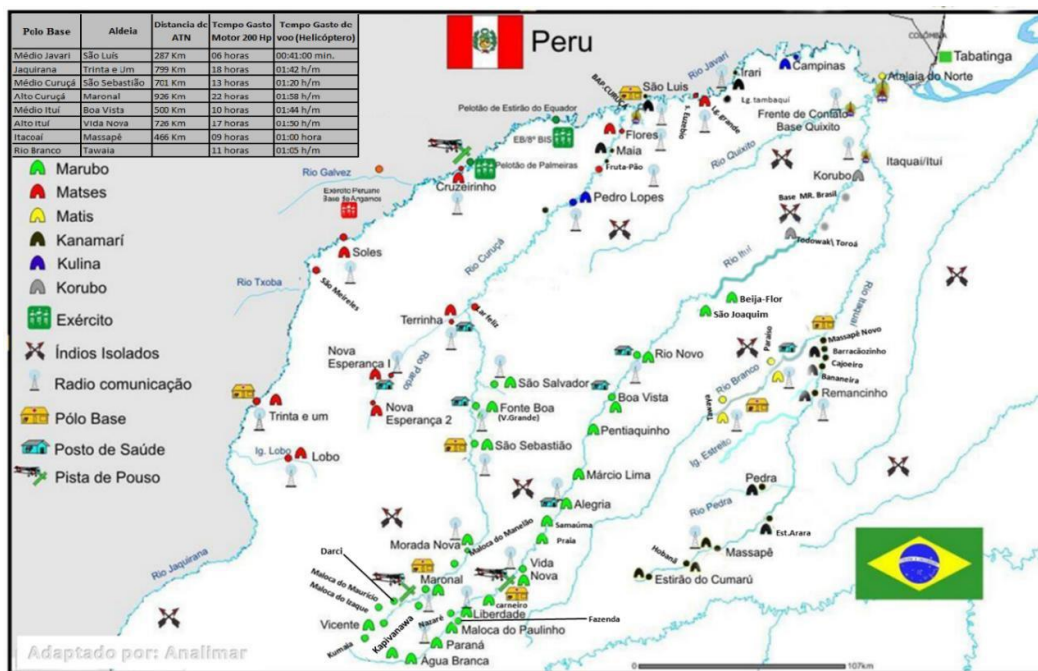
Reis (2021) afirma que a educação tornou se um dos focos da ação política do movimento indígena do Vale do Javari a partir da segunda metade da década de 1990. E que as trajetórias de diversas lideranças ajudam a compreender a importância que o papel da escolarização jogará na constituição do movimento indígena, na formulação de projetos e ocupação de espaços governamentais, e do atual movimento de deslocamento de indígenas para as escolas sediadas na área urbana de Atalaia do Norte.

Dando continuidade as pesquisas que versam sobre política e trajetórias de lideranças do Vale do Javari, busquei com esta pesquisa analisar as relações entre a educação escolar e as mobilizações dos povos indígenas desta região. Neste sentido tomei como elemento de análise tanto as reivindicações pela instalação de escolas, contratação de professores e pela

efetivação de políticas educacionais bilíngues e diferenciadas, quanto o papel da escolarização nas trajetórias de professores e lideranças e o papel que estes atores desempenharam na formação do movimento indígena (MARUBO, 2019; REIS, 2019, 2020, 2021).

Durante a pesquisa, tenho analisado a relação entre educação escolar e as mobilizações políticas indígenas, assim como, registrado e refletido sobre a importância da educação escolar nas trajetórias de professores e lideranças do movimento indígena; mapeado reivindicações das lideranças e organizações indígenas relacionadas ao direito à educação escolar; e identificar as conquistas dos povos indígenas do Vale do Javari no campo da educação escolar, especialmente as decorrentes da efetivação de políticas públicas.

Figura 1 - Mapa da Terra Indígena Vale do Javari



Fonte: Mapa do DSEI/Javari 2007

Os Marubo estão localizados em duas calhas de rios Vale do Javari TI, existem 09 aldeias no rio Curuçá e 17 aldeias no rio Ituí, são povos que vivem separados pelas calhas de rios, mas é o mesmo povo, falante da mesma língua pano. De acordo com Cesarino (2008, p.135):

Em outros termos, “Marubo”, um nome dado para um determinado coletivo pela história da relação com os invasores brancos e peruanos, é algo distinto das hordas de caçadores e coletores perdidos na selva, ou de sociedades atômicas isoladas, fechadas em si próprias. O que chamamos de “sociedade Marubo” formou se em

meados do século XIX na região das cabeceiras dos rios Curuçá e Ituí, a partir de remanescentes de povos falantes de línguas pano.

A sociedade branca pôs nome de Marubo simplesmente como forma de identificação do povo que se encontrava na região, povo desconhecido, mas para os Marubo eles têm forma própria de identificação dentro das aldeias, divisão por partes dos clãs, eles se conhecem e se identificam através dos clãs, entre seus membros também se conhecem como *yora* (pessoa).

Ainda o Cesarino (2008) afirma que no final do século XIX e começo do XX, João Tuxaua passa a reunir os povos dispersos sob a perspectiva do parentesco e do xamanismo, e fez que os Marubo deixassem de guerrear entre si, viver em paz sem brigas e conflitos, adotando forma de viver sem guerra, viver de alegria e festas culturais nas aldeias.

De acordo com Estevão Marubo, cacique da maloca da estrada BR-307, meu pai e um dos meus interlocutores na pesquisa, relatou que o João Tuxaua pertencia ao clã *Wanivo*, órfão de pai e mãe, criado pela tia, pais morreram no conflito entre o grupo, nasceu com dom de profeta, cresceu com pensamento sem maldade, coração puro, passou ser respeitado pelo dom que recebeu quando era criança como profeta sua existência foi muito importante para povo Marubo (Depoimento pessoal de Estevão Marubo, 2022)

Além do João Tuxaua, existiu ultimo pajé chamado o “*Sina Romeya*” o pajé que viveu na aldeia Kapivanawai, cabeceira do igarapé *Vãitya*, rio Curuçá, antiga morada dos Marubo, ele dizia que a geração atual do povo Marubo, seriam os *Manã Nawavo* (povo da floresta com conhecimento não-indígena e mantendo suas tradições). Falava o pajé que futuramente “a nova geração terá domínios da língua portuguesa, apropriaram conhecimentos científicos dos não indígenas, manuseios de tecnologias como: arma de fogo, motores e demais instrumentos que irão chegar nas aldeias. Ao mesmo tempo a nova geração irá começar ingerir alimentos industrializados, e terão produtos sofisticados que não são as coisas do mundo tradicional.” (Depoimento pessoal de José Barbosa da Silva, aldeia Maronal, alto rio Curuçá 2016).

Nesta realidade como *Manã Nawavo* que somos, diante de vários aspectos negativos que nos afligem, o nosso desafio deve ser aproveitar o desenvolvimento apropriado e adequado, a partir da reflexão da profecia do *Sina Romeya*. Somos sim, *Manã Nawavo*. Somos povo em processo de evolução, de civilização e faremos parte do desenvolvimento. Mas, não nos submeteremos a uma extinção em função do progresso que nós atraímos. Por isso, os *Manã Nawavo* estão planejando assim, para assegurar a existência da integridade física, cultural e resgatar a felicidade do povo novo contemporâneo.

Os Marubo acreditam que esse mundo chegou ao nosso encontro. Com influência dos brancos, introduzimos aos nossos hábitos a alimentação industrializada, adotamos novos

costumes, construímos novos espaços de repouso além da nossa maloca, ingerimos bebidas alcoólicas, levamos para nossa aldeia os sons mecanizados, som ao vivo, a energia elétrica, o avião em nossa aldeia, as frotas de canoas e motores em nosso porto. Quando percebemos já éramos *Manã Nawavo*. E o lamentável dessa profecia ele dizia que iríamos sofrer consequências.

A profecia mencionada acima, é uma visão que o pajé teve em relação nova geração de Marubo, de como eles iriam viver futuramente, vale ressaltar que o povo Marubo não vive mais como antigamente, depois de ter contato com não indígena adotaram uma nova forma de viver e morar, claro sem deixar de lado suas culturas, costumes, principalmente a língua materna.

O presente trabalho está organizado em 4 capítulos, primeiro capítulo abordo aspectos históricos da luta pela educação do povo Marubo no Vale do Javari, e a criação do movimento indígena CIVAJA, com objetivo de lutar pelos direitos da população indígena, e representatividade nas políticas públicas.

O segundo capítulo reúne relato de trajetórias e narrativas indígenas sobre a educação escolar indígena no vale do Javari e os desafios enfrentados pelos professores Marubo durante trabalho em sala de aula.

O terceiro capítulo apresenta as conquistas da educação escolar indígena no vale do javari. A criação da Coordenação da Educação Escolar Indígena (CEEI), vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Atendimento das demandas, construção das escolas indígenas, modalidade de ensino, acompanhamento pedagógicos e formação de professores indígenas.

O quarto capítulo traz informações sobre as dificuldades enfrentadas pela Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte, para fazer trabalhos nas escolas indígenas do Vale do Javari durante a Pandemia por Covid-19. Sobretudo, devido as escolas indígenas não terem estruturas adequadas para fazer atendimento e funcionar conforme as recomendações de saúde, como distanciamento e atividades de aulas remotas.

CAPÍTULO 1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO POVO MARUBO NO VALE DO JAVARI

1.1 A Terra Indígena Vale do Javari

É uma região rica em diversidades culturais, onde vivem vários de tipos de animais silvestres, aquáticos, e povos indígenas, a riqueza das variedades da fauna e flora, atrai pessoas que tem interesse de explorar floresta, ou vira alvo de disputa de facções de narcotraficantes brasileiros e estrangeiros, deixando ameaças, extinção de peixes, carnes e madeiras principalmente, e as diversidades existentes na região.

Antes do processo colonial, massas indígenas das mais variadas etnias executavam sua ocupação do território, de maneira funcional e concreta, ao utilizar os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, como abrigo e alimentação e de maneira simbólica, ao construir limites e fronteiras de características mutáveis entre povos afins e inimigos. Com a colonização da Amazônia outros atores entraram em cena, junto com suas práticas sociais e expressões, resultando em novos processos de territorialização e territorialidade. (SILVA, 2017, p.29)

A reserva indígena é considerada a segunda maior área demarcada brasileira, com uma extensão de 8.527.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 2.068 km, teve processo de regularização fundiário finalizado pelo decreto de homologação da demarcação 30 de abril de 2001. Em julho de 2002 foi registrada na secretaria do Patrimônio da União e no Cartório de Registro de Imóveis, o próprio nacional Terra Indígena Vale do Javari abrangendo os municípios de São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Jutai e Benjamin Constant, sendo reconhecido no estado do Amazonas. As sociedades indígenas que ocupam atualmente o Vale do Javari são índios do Alto Jutai, índios do Jandiatuba, índios do Quixito, Kanamari, Korubo, Kulina (Arawá), Kulina (Pano), Marubo, Matis, Matsés e Tsohom Djapá e outros indígenas isolados que não tem contato com não indígenas. (COUTINHO, 1998; MATOS, 2006; SILVA, 2017; dentre outros). O Vale do Javari é formado por seis calhas de rios, onde vivem diferentes etnias, rios Ituí, Itacoai, Curuçá, Pardo, Jaquirana e rio branco, apenas dois destes rios são ocupados pelos Marubo, o Ituí e o Curuçá. Os Marubo vivem em aldeias distantes umas das outras, as malocas são formadas por famílias, casas de paxiúba construídas ao redor da maloca para guardar pertences como roupa, panela, anzol e entre outros objetos pessoais, a ideia de morar longe de outras comunidades passou a acontecer após contato com brancos pelos interesses próprios.

1.2 Das lideranças e o movimento indígena

Buscando recuperar e entender o surgimento das lutas dos povos indígenas, em um contexto de exploração dos madeireiros, caçadores, pescadores e, principalmente, do emprego da mão de obra dos indígenas em trocas de favores por objetos pessoais como terçado, panela, faca, munição, espingarda – há relatos dos anciões que chegaram ponto de trocar jovens mulheres Marubo por objetos pessoais como espingardas, estes que por sua vez ficavam endividados com os patrões, analisei documentos e escritos acadêmicos de autores que fizeram seus trabalhos no Vale do Javari.

No período que antecede a demarcação, podemos dizer que os indígenas do Vale do Javari foram explorados pelos não indígenas durante o processo do ciclo da borracha. Com o passar dos anos, os povos indígenas encontram uma forma de se defender diante dos problemas enfrentados. Matos (2006) analisou a articulação do movimento indígena no Vale do Javari, iniciada nos fins da década de 80, conta que este processo envolveu grupos já contatados secularmente ou mesmo mais recentes, como os Marubo, Mayoruna (Matsés), Matis e Kanamari.

O contexto das relações interétnicas no Vale do Javari é, exemplarmente, complexo pela diversidade étnica e de atores sociais (indígenas e não-indígenas) envolvidos na rede de relações do movimento indígena na região. Essa complexidade está na própria raiz do surgimento do movimento indígena no Vale do Javari. A mobilização e a organização política dos diferentes grupos indígenas habitantes da região ocorreram orientadas por suas experiências de contato com perfis distintos, vivenciadas em momentos distintos. Ou seja, a diversidade das situações de contato permeia a configuração do movimento indígena no Vale do Javari, trazendo efeitos diversos sobre, por exemplo, os posicionamentos políticos das diferentes etnias, a composição étnica do quadro de lideranças, a definição de assessorias etc. Portanto, conhecer essa complexidade de relações e de atores torna-se necessário para entender o exercício da política indígena no Vale do Javari (MATOS, 2006. p. 51).

No decorrer da análise foram identificadas lideranças nas aldeias Marubo dentro do próprio grupo étnico, essas lideranças são chamados de cacique. De acordo com Melatti (1985), a etnia Marubo sempre teve líder para guiá-los, no relato deste autor, podemos entender a definição do *Kákáya* (liderança):

O *Kakáya* era aquele que convidava para trabalhar e todos iam, fazia festa e convidava a todos, não deixa ninguém faltar. Ou seja, as características principais do líder Marubo dizem respeito à capacidade de articulação de pessoas. O *Kakáya* é um grande articulador, tem prestígio social para mobilizar um grande número de parentes para apoiá-lo na preparação da festa. A rede social que ele compõe é que o faz ser reconhecido como *Kakáya*. Porém, ser homem mais velho não é condição suficiente para ser *Kakáya* (MELATTI, 1985 p.186)

O povo Marubo mantém sua cultura, tradição, costume e ritual, também têm sua forma de organização social, moradia, entre eles tem alguém que toma decisão, geralmente chamado de *Yurã Kakáya* (liderança da comunidade), por outros são chamados de *kakaya* (liderança) na língua materna Marubo. O *kakaya* é aquele que representa a comunidade, que chama todos para trabalho coletivo, seja na roça, caça, festa da comunidade, e também tem dever de curar enfermidades das pessoas da aldeia.

Entretanto, o *kakaya* propriamente dito tem que ter uma boa oratória para dialogar com outras pessoas que vivem ao redor, não é simplesmente dizer que é *kakaya* e não fazer nada, dependendo da situação que acontecer ele tem que tomar uma solução para resolver o problema. Na época em que havia o conflito entre eles e quando os Mayoruna raptaram as mulheres Marubo no rio Curuçá, a presença dos *kakaya* foi importante para minimizar os problemas sociais que estavam acontecendo, a decisão tomada entre eles fez com que parasse os conflitos.

Essa vontade, coragem, autonomia de liderança foram herdados pelos dois jovens indígenas que tiveram participação muito importante no Movimento indígena, que construíram uma história de vida, preocupados com o futuro dos povos indígenas, e lutaram para proteger território, levou tempo para ser ouvidos, mas foram atendidos.

Dando início ao primeiro passo no ano de 1990, dois indígenas da etnia Marubo Clovis Rufino Reis (nome indígena *Inõpa*) e Darcy Duarth Comapa (nome indígena *Tamãnipa*), eram estudantes da cidade, não tinham muito conhecimento, mas, conseguiram criar o CIVAJA (Conselho Indigenista do Vale do Javari), apenas com participação de quatro etnias, Marubo, Matsés, Kanamari e Kulina, e apoio de entidades indigenistas, sendo assim conseguiram eleger coordenador para representar os povos indígenas do Vale do Javari para lutar em prol do interesse da população indígena. A criação do movimento indígena através do CIVAJA teve como objetivo articulação com diferentes etnias sobre conflitos na região, para fortalecer a luta, aproximação dos grupos para estratégias políticas (MATOS, 2006; SILVA, 2017; REIS, 2018; 2019; 2021).

Podemos identificar que na história do movimento indígena, desde sua criação, foram fundamentais na luta política os dois jovens com dom de liderar outros povos, dialogando e articulando com autoridades locais, órgãos governamentais e não governamentais, instituições nacionais, fazendo excelente trabalho. Suas lutas e articulações chamou atenção de várias pessoas, tanto as autoridades locais, quanto autoridades maiores como governadores do

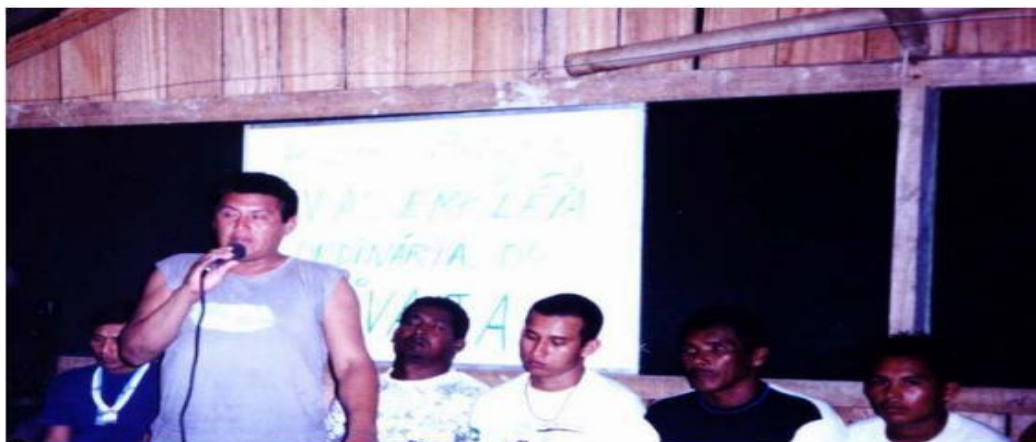
Amazonas, servindo de exemplo para outros indígenas que lutam e fazem reivindicação pelos seus direitos.

Os indígenas assim como qualquer cidadão tem direito à saúde, educação, autonomia, participar das políticas públicas, reivindicar pela melhoria das condições de vida, protegendo território de habitação, de acordo com a Constituição de 1988 há leis que garantem os direitos indígenas, são conhecidos e respeitados.

Constituição Federal: Art. 232 - Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Convenção 169 da OIT: Artigo. 7º # 1 - Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. (LUZ, 2016, p.19 a 25)

Sendo assim, os indígenas do Vale do Javari decidiram caminhar com próprias pernas, não depender mais que os brancos façam por eles, iniciativa tomada acabou dando certo de não ter medo de expressar sua opinião, criar coragem de defender a população indígena das aldeias diante das ameaças, falar sempre coletivamente pensando no povo. É importante que os indígenas estejam conquistando espaço nas políticas, isso mudou futuro de muitos povos.

O Clóvis passou morar no município de Atalaia do Norte com sua família, o Darcy também, por sua vez, ele casou com mulher não indígena, após ter envolvido com CIVAJA, foram primeiros indígenas morar na cidade trazendo familiares. Depois que saíram da Coordenação da CIVAJA, nunca abandonaram a luta do movimento indígena, sempre estiveram presentes, dando apoio e suporte para novos Coordenadores indígenas.



Fonte: Recuperada de Matos (2006).

Conforme Reis (2019), Darcy Comapa tem uma “trajetória política forjada na luta em prol da demarcação de Terras Indígenas na Amazônia brasileira, pela organização dos povos indígenas e sua representação nacional e internacional, e pela atuação em diversos cargos públicos”. Devido à ausência de professores para atender às comunidades indígenas, Darcy é procurado pela FUNAI para atuar como professor na aldeia São Sebastião, sendo o primeiro professor indígena a atuar no vale do Javari. Também foi eleito como primeiro vereador indígena no Município de Atalaia do Norte (2001-2004) e atuou em órgãos e secretarias do Estado do Amazonas e como Secretário Municipal de Assuntos Indígenas de Atalaia do Norte – AM.

O autor aponta ainda outras lideranças indígenas como Jorge Oliveira Duarte (Marubo), da aldeia Volta Grande e Amélia Barbosa da Silva (Marubo), da aldeia Maronal. Jorge Marubo foi eleito tesoureiro do CIVAJA, na II Assembleia realizada na aldeia Liberdade (rio Ituí) em 1995. No período de 2003 a 2005 Jorge Oliveira Duarte também foi Coordenador da CIVAJA, em 2006 passou ser parte da política de saúde indígena, primeiro atuou como Conselho Distrital, logo depois assumiu presidência do Conselho Distrital de Saúde (CONDISI). Ele foi eleito Coordenador do Fórum dos presidentes de CONDISI (FPCONDISI), integrando o Conselho Nacional de Saúde, e pelo reconhecimento de trabalho e muitos anos de experiência, assumiu a chefia do DSEI-Vale do Javari em 2016 (REIS, 2019).

Figura 3: Jorge Marubo, tesoureiro do Civaja na Vª Assembleia geral, 2003.



Fonte: recuperada de matos (2006).

A Amélia Barbosa da Silva, a primeira professora indígena da etnia Marubo, teve participação no movimento indígena em 1995 como mencionado acima, ela também trabalhou como Agente de Saúde (AIS). Depois continuou atuando como professora, seguindo carreira de professora de sala de aula do rio Curuçá, vamos aprofundar sobre ela mais adiante.

Figura 4: Professora Amélia Barbosa, escola Tamã Maia, aldeia Volta Grande.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

O movimento indígena atuante no município de Atalaia do Norte, assim como outras instituições indígenas, vem lutando pelos seus direitos de valores, autonomia e subsistência. A representatividade dos povos indígenas vem crescendo nos últimos anos, tanto nas políticas públicas, quanto na representação, atualmente o movimento indígena trabalha direta e indiretamente com as associações locais que funcionam na sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA e realizam ações articuladas com a organização geral - as organizações de base são: OAMI- Organização das aldeias Marubo do Rio Ituí; AMAS - Associação Marubo de São Sebastião; AIMA - Associação Indígena Matis;

AKAVAJA - Associação Kanamari do Vale do Javari; ASDEC - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povo Marubo; OGM - Organização Geral dos Mayoruna; AMAJA - Associação dos Matsés do Alto Jaquirana; AIKUVAJA - Associação Ibá Kulina do Vale do Javari. A maior referência continua sendo o CIVAJA, atualmente conhecido como UNIVAJA.

Durante algumas décadas, os povos indígenas do Javari foram alfabetizados pela Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), porém, os missionários tinham interesse próprios de suas igrejas, de evangelizar os indígenas e fazer a tradução a Bíblia na língua materna. Estes missionários atuaram na educação de indígenas, inclusive construindo escolas, nas aldeias: Cruzeirinho, povo Matsés, no rio Jaquirana, Vida Nova, no rio Ituí e Maronal região do alto rio Curuçá, estas duas últimas do povo Marubo (COUTINHO, 2021, p.345). A atuação dos missionários deu incentivo aos povos da região a aprender a ler e escrever, logo, apesar da evangelização, a atuação da igreja abriu oportunidade e caminho para os Matsés e Marubo das referidas aldeias, as escolas construídas pela MNTB ainda existem na aldeia Maronal, Cruzeirinho e Vida Nova, contudo, passaram a ser escolas municipais.

De certa forma houve uma intervenção cultural na vida dos povos indígenas, eram povos que não tinham hábito de escrita, mas viviam do diálogo, principalmente da memória. Os Marubo aprendiam o cântico, a história, só ouvindo os anciões contando, algo que eles tinham facilidade de aprender.

A presença de missionários no Vale do Javari teve efeitos múltiplos, em função dos interesses também dos indígenas. A Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) está na região há décadas e tem estabelecido relações com os indígenas de caráter assistencial (assistência à saúde e à educação escolar, além de manter uma cantina como alternativa aos regatões) [...]. A escola dos missionários de Vida Nova atendia aos Marubo do rio Ituí. Iniciaram alfabetizando em língua Marubo com uso de cartilhas preparadas pelos missionários para só depois oferecer o ensino na língua portuguesa. Também lhes ensinavam noções de cálculo aritmético. (MATOS, 2006. p. 94-95)

Antes da chegada dos missionários, os Marubo não tinham conhecimento de escrita e números, por essa falta de conhecimento das operações com números, eram enganados pelos patrões na época da exploração da borracha. Na hora do pagamento pelos seus trabalhos, ao invés de ganhar dinheiro pelo trabalho, os Marubo recebiam objetos pessoais, sendo que os trabalhos eram muito perigosos e arriscados, andavam na mata de dia e a noite à procura de seringal, os indígenas tinham conhecimento de andar na mata, por isso os brancos se aproveitavam da inocência dos indígenas. Estas relações de exploração se reproduziram com a frente madeireira, que assume protagonismo na região com declínio da economia da borracha.

De acordo com relatório: “A situação da Educação Indígena no Vale do Javari”, emitido pelo CIVAJA, em março de 2003.

Em meados da década de 40, a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), ligada à Igreja Batista, veio a se instalar no Vale do Javari, mais precisamente na região da nascente do rio Ituí (oeste da T.I.). A partir de então começaram as primeiras "buscas rumo ao conhecimento". Essa iniciativa veio do povo Marubo que posteriormente foram descobrir que em troca dessa conquista teriam de esquecer as suas tradições milenares, pois os missionários queriam "ensinar" os indígenas somente para ler a bíblia. As primeiras aulas, de que se tem notícia, em que foram repassados aos indígenas os conhecimentos da leitura e da escrita, datam de 1945 em que um dos alunos chegou a registrar em seu caderno. Com isso, o missionário norte americano John Djasma foi o primeiro "professor" a dar aulas aos indígenas Marubo na aldeia Vida Nova, rio Alto Ituí, atualmente é chamado de Missão Vida Nova, entretanto, o objetivo não era o de capacitar os indígenas, e sim usá-los como novos "evangelizadores" de outros indígenas. Segundo Relatório, na década de 80 a FUNAI procurou instalar as primeiras escolas para os indígenas, sendo que, essa iniciativa não proporcionou nenhum resultado, pois o objetivo da instituição não era capacitar os indígenas, pelo contrário, deixá-los incapacitado, sem nenhum conhecimento era uma das maneiras de tratá-los como tal, ou seja, simplesmente índios.

Pois o relatório afirma que houve a presença da igreja no território indígena, como foi dito anteriormente, os missionários tinham objetivos a cumprir, pregando a palavra de Deus para os Marubo, muitos deles não tinham conhecimentos do que se tratava, muito menos entender quem era o Deus, porque, eles nunca tinham ouvido falar dele, entretanto, a curiosidade fez com que eles praticassem aquilo, sem saber. Há relatos de que participavam do culto todos os domingos

Foram dois momentos históricos que aconteceu na região do Javari, dos missionários alfabetizar os Marubo para ler a bíblia e a FUNAI contratar professores leigos para atuar na sala de aula, por sua vez, estes últimos não tinham conhecimento adequado para lecionar, muitos deles não se habituavam a morar na aldeia e desistiam do trabalho.

Lembro de dois professores que lecionavam aos alunos indígenas na aldeia rio Novo, Médio Ituí, onde morei no ano de 1997, quando era criança. Uma mulher de cor da pele branca, cabelo cacheado, chegou na aldeia, sem entender nenhuma palavra da língua Marubo, ficou assustada diante das pessoas, ao mesmo tempo com medo, cederam uma casa de paxiúba para ela morar, passava o dia dentro da casa de paxiúba, só a víamos na hora da aula, toda vez que passava avião, ela saía correndo pensando que iam buscar ela, depois que ela foi embora, não voltou mais. Outro apareceu, era homem, cor da pele morena, não demorou muito, porque, estava se envolvendo com as mulheres indígenas, mandaram embora, ele ministrava aula durante a noite com lamparina, certo dia fui assistir aula dele, sem saber falar

português, nem sabia pegar no lápis, não entendia o que ele falava, dormi durante aula, na volta escorreguei e derrubei lamparina, lembro-me como se fosse hoje.

Em 1992 as escolas indígenas passam a ser responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação, e não mais da FUNAI. Assim, as Secretarias Estaduais passam a firmar convênios com as prefeituras locais, fazendo com que as escolas indígenas se tornem responsabilidade do município, assim receber de forma direta os recursos destinados para a construção e manutenção das escolas, garantindo pagamento e contratação de professores não indígenas para atuarem em poucas escolas que existiam dentro da TI Vale do Javari. (C.T.I, p.45, 2008).

A partir de 2006, a instituição Centro de Trabalho Indigenista (CTI) chega na área com a equipe do Programa Educação para a Conservação da Terra Indígena Vale do Javari/CTI, onde deu início um processo de sistematização e organização através das informações coletadas durante os cursos e acompanhamentos nas escolas indígenas das aldeias e dificuldades colocados pelos professores. Segundo (CTI, 2008) “Fomentar e acompanhar tais discussões era um dos principais objetivos da ação do Programa Educação para Conservação do Vale do Javari eram um dos seus principais desafios”.

Objetivo do Programa era para fortalecimento da Educação das comunidades indígenas, e acompanhar de perto as necessidades dos docentes indígenas da região. Mais não foi possível fazer ações em todas aldeias da Terra Indígena, no caso dos Marubo do rio Curuçá não aceitaram a entrada do CTI no rio, pelos motivos pessoais, no entanto, as ações só foram realizadas somente com povos indígenas do rio alto e médio Ituí. (CTI, p.2, 2008).

Vale ressaltar o processo formação continuada, capacitação, oficinas pedagógicas realizadas com professores indígenas também foram parcerias com CTI, principalmente incentivo na elaboração do PPP Matsés (2009), Matis (2012), Kanamari (2013) e Marubo do rio Ituí (2010).

Diante das necessidades e dificuldades encontrados, a partir das articulações do movimento indígena, parceria com estado e município, foram feitas indicação de professores das aldeias para participar do projeto Pira-Yawara, sendo a primeira formação de professores indígenas iniciado ano de 2001 Vale do Javari.

Projeto criado pelo governo estadual para atender especificamente aos indígenas. “Integrando-se aos dispositivos legais e às diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena e pretendendo responder à prioridade atribuída ao ensino, com ênfase nas séries iniciais, a SEDUC/AM elaborou o PROJETO PIRA-YAWARA, em que um dos Programas é a formação de professores indígenas”. (BONFIM, PROJETO PIRA-YAWARA, 1998)

Assim as pessoas indicadas pelas lideranças para participar da formação, com objetivo de lecionar nas próprias comunidades, trabalhar com crianças e jovens, ensinando a ler e escrever. Podemos dizer que isso foi o primeiro caminho e conquistas de muitos, alguns tiveram dificuldades de falar português e outros já tinha domínio de português, porque, trabalharam no campo no município de Cruzeiro do Sul, no caso dos Marubo do Ituí e outros já tinha convivência com branco.

Devido as transições de jovens indígenas para os municípios vizinhos, o movimento indígena deu iniciativa de criar Centro de Treinamento Sorriso do Saber em 2000, localizado entre rio Curuçá e rio Pardo, com objetivo de atender as demandas da educação. A ideia partiu de jovens indígenas que procuravam estudar nas escolas das cidades, que tiveram envolvimento com a prostituição, alcoolismo, trabalhos escravos nas grandes fazendas entre outros problemas. Acreditava que essa iniciativa iria minimizar problemas dos jovens estudantes. (RELATÓRIO CIVAJA, MARÇO DE 2003).

As construções das estruturas como casas, escolas, limpeza, foram trabalhos comunitários dos próprios indígenas que moravam próximo ao local, pensando nos futuros dos filhos que queriam estudar, cada povo teve uma grande participação, cada povo tinha casa de apoio separado por etnia.

O projeto tinha objetivo de atender demandas do 6º a 9º ano do ensino Fundamental, sendo assim teve primeiro funcionamento da 1º etapa do curso Pira-yawara e funcionamento de aula de 6º a 9º ano do ensino fundamental lá, independentemente de ser reconhecido pelo estado ou não, porém, o local só manteve 1 ano de funcionamento, devido surgimento da epidemia de doenças como hepatite virais e falta de apoio das políticas públicas foi abandonado o local.

Portanto, através do trabalho de campo, entrevistas, coleta de dados, observação nas comunidades indígenas da etnia Marubo no rio Ituí e rio Curuçá do vale do Javari, principalmente aldeias que tem implantação de escolas municipais, iremos aprofundar a sistematização, discussão, reflexão sobre as mudanças e transformações em comunidades indígenas relacionadas ao processo de escolarização TI.

CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS INDÍGENAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI

Para melhor compreender a história da Educação escolar indígena no Vale do Javari, escolhi dois professores Marubo que já tem mais tempo de contato com os não-indígenas e experiência de trabalho docente, para entrevistas e conhecer a trajetória de cada um deles. As entrevistas foram realizadas na sede da Coordenação de Educação Escolar indígena (CEEI), numa sala que fica no prédio da (SEMED), sala separada especificamente para funcionamento de Educação indígena e atender demanda dos professores indígenas.

As entrevistas foram abertas e com simples perguntas. Os materiais usados para entrevistas foram: caderno de anotação e caneta.

As perguntas feitas foram: Nome completo? Etnia? Onde nasceu? Onde mora? Escolaridade? Quem incentivou a ser professor? Qual a sua experiência como professor/a? Dificuldades enfrentadas? Em seguida foram transcritas as falas deles, em que cada um deles relatam histórias diferentes.

Antes de iniciar a apresentação de trechos das falas dos professores indígenas, é muito importante lembrarmos que o primeiro professor indígena da etnia Marubo do rio Ituí, que também fez parte da história da classe de educadores, trabalhou mais de 24 anos como professor na aldeia Vida Nova, que se chamava Benedito da Silva Ferreira, nascido no dia 16/06/1963, na aldeia Vida Nova, rio Alto Ituí, faleceu aos 58 anos de idade da doença chamada COVID-19, em 2020, no município de Cruzeiro do Sul-AC. Foi um dos Marubo que começou como professor auxiliar dos missionários da MNTB na aldeia Vida Nova, já vem trabalhando com missionários já antes de 1996, não conseguir informações certo de ano.

Ele participou do programa chamado Projeto de Formação dos Professores Rurais Leigos, no curso de preparação dos docentes da rede municipal, por duração de 3 anos (1999 a 2001). Chegou a cursar a Licenciatura Intercultural PARFOR oferecida pela UEA em 2016, mas não concluiu o curso devido problemas de saúde, durante a formatura, ocorrida em dezembro de 2022, ele foi homenageado pelos demais professores e colegas de turma. A ele registro minha gratidão pelos anos dedicados à educação do nosso povo Marubo.

Walciley Oliveira Duarte, nasceu na aldeia São Sebastião, médio rio Curuçá, da etnia Marubo, e pertence ao clã *Varinawavo*, mais conhecido como *Panã*, seu nome na língua materna. Nunca estudou na cidade, aprendeu a ler e escrever na aldeia. Tendo concluído a 4º

série dos anos iniciais, começou a trabalhar como professor voluntário no ano de 1999. Relatou que encontrou muito material escolar jogado fora, e juntou os materiais para usar como instrumento de trabalho, e que havia um outro professor contratado da Funai para dar aulas, mas ele não trabalhava, porque ele era leigo, não tinham escolaridade e não tinham preparação para lecionar as crianças indígenas da referida aldeia. Segundo ele, sempre gostava de ensinar outras pessoas, principalmente, as crianças Marubo, o que ele aprendia já buscava ensinar às outras crianças.

Ao perceber que o *Panã* realmente estava ensinando os alunos como professor voluntário, representantes da prefeitura o convidaram para participar do programa chamado Projeto de Formação dos Professores Rurais Leigos, curso de preparação dos docentes da rede municipal, que tinha a duração de 3 anos (1999 a 2001). A partir daí foi contratado para assumir a sala de sala, deixou de ser voluntário e passou a ser remunerado pela prefeitura.

Ele também participou do Curso Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), mas como não tinha apoio desistiu do curso. Continuou trabalhando na aldeia lecionando na sala de aula.

No ano de 2001 entrou no curso de formação para os indígenas, chamado Pirawayara, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-AM). De 2009 a 2014 cursou a graduação em Pedagogia Intercultural pela Universidade do Estado Amazonas. Ele tem 15 anos de experiência como professor. Na época em que começou a trabalhar, as escolas indígenas eram conhecidas como escolas do campo, nessa mesma época o pessoal da SEDUC visitou as aldeias e viram que as escolas indígenas não eram respeitadas, fizeram relatórios e levaram para gerencia do estado/SEDUC.

Desde 1996 as comunidades indígenas adotaram a Educação diferenciada, mas as escolas no Vale do Javari continuavam seguindo calendários dos não-indígenas, e não respeitavam as culturas indígenas. O *Panã* contou que, somente quando estava cursando a formação do Magistério Indígena, recebeu as informações de que as escolas indígenas tinham que trabalhar a Educação diferenciada. Quando ele trabalhava ele não tinha autonomia de expressar de falar, reivindicar seus direitos, as vezes pelo medo de ser prejudicado, era visto como minoria. E o Primeiro salário que ele recebeu como professor, no ano de 1999, era de 200 reais.

Em 2003 assumiu cargo de diretor do Centro de Formação Sorriso do Saber, que funcionava no rio pardo, região do médio rio Curuçá. O Sorriso do Saber saiu da ideia de

lideranças e das comunidades, forma de evitar a saída dos jovens da aldeia para cidade, foi construído as casas e escolas pelos próprios indígenas com objetivo de fortalecer a Educação dentro da área indígena, para atender jovens indígenas Mayoruna, Kanamari, Marubo, Kulina e Matis que queriam concluir 6º a 9º do ensino fundamental.

De 2005 a 2014 foi professor do estado e do município, na aldeia São Sebastião, neste período concorreu ao cargo de vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais do ano de 2012, mas, não se elegeu.

No período de 2015 a 2020 foi indicado para assumir o cargo de Coordenador de Educação Escolar Indígena, pelo reconhecimento de suas experiências e competência por parte da Secretária municipal de Educação, Maria Edmar Ferreira Tenazor. Esta coordenação foi criada pela Secretaria de Educação, no primeiro mandato do ex-prefeito Nonato do Nascimento Tenazor (2013-2016), para suprir as necessidades dos professores indígenas.

Atualmente, o Walciley Oliveira Duarte, mais conhecido como Panã pelos colegas, está cursando mestrado em linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Continuou trabalhando como subcoordenador na nova gestão municipal do prefeito Denis Paiva até 09 de dezembro de 2021. Entre 2017 e 2022 atuou como Conselheiro de Educação Escolar do Estado do Amazonas. E, após sua atuação na Secretaria Municipal de Educação, ano de 2022, passou a trabalhar na Coordenação Regional Vale do Javari (CR-VJ/FUNAI), na função de Supervisor dos Chefes e Agentes de Proteção Etnoambiental/Base Curuçá.

Amélia Barbosa da Silva, nascida no alto do Rio Curuçá, aldeia Maronal começou a estudar muito cedo, não sabe a idade certa, com material didático oferecido pelo patrão do seu pai na época do seringal, aprendeu ler e escrever e como ela mesmo diz:

Eu cresci bem diferente dentro da cultura Marubo. Porque nessa época as crianças tinham infância de Marubo mesmo, dedicavam-se a aprender como preparar artesanato, tecelagem, preparar comida, como se comportar perante a sociedade Marubo, e ser uma boa mãe e boa esposa. Quando minha mãe sendo uma mulher Marubo tradicional, ela tinha pensamento diferente, outras mulheres chamavam atenção dela, porque, ela me apoiava a estudar, eu vestia roupa [de não indígena], não vestia saia (*vatxi*), com esse meu comportamento as pessoas me olhavam diferente, com isso recebia deboches e críticas, isso não me intimidou, pois, meus pais me apoiavam.

Meu pai falou com o patrão dele para eu estudar na cidade. Seu Pedro, patrão do meu pai conseguiu uma vaga no colégio interno das freiras no Cruzeiro do Sul, município do Acre. Como as aulas só iria começar 15 agosto ano de 1986, meu pai

me deixou na casa do seu Pedro para ficar juntos às filhas dele até começar as aulas, quando meu pai disse isso foi um choque para mim, eu não sabia falar português, nunca fiquei longe dos meus pais. No dia seguinte meus pais viajaram de madrugada e eu estava no quarto junto com as meninas do seu Pedro, me levantei pra abrir a porta e elas fecharam a porta com chave, eu chorei bastante, não tinha como sair de ali, vê meus pais irem embora para aldeia. Fiquei no convento até 2º ano do magistério, fui uma ótima aluna, sempre me esforcei para não reprovar nas disciplinas, sofri muito preconceito de algumas irmãs e colegas de aulas, e de outras pessoas por eu ser índia.

Voltei para aldeia no final de 1992, como meu pai tinha perdido seu irmão não me deixou voltar mais para cidade. No ano de 1993 fui contratada pra dar aula, em 1999 teve Projeto de Formação dos Professores Rurais Leigos, acompanhei essa formação, concluí meu ensino médio. Depois fiz pedagogia intercultural em 2009 a 2014. Sempre fui esforçada, convivi com vários tipos de pessoas, ruins e boas, sempre sendo uma pessoa humilde, tenho orgulho de mim, sustentei meus pais pelo meu trabalho. Tenho 28 anos trabalhando na educação como professora, logo no começo tive dificuldades porque não estava preparada para exercer essa função, aos poucos fui tendo experiência própria.

Enfrentei várias críticas, por ser (*txesheka*) cor da minha pele morena, por ter tido outro conhecimento dos não indígenas, mas nunca pensei em desistir do trabalho. Pelas experiências que adquiri durante meu trabalho e pelo reconhecimento dos meus povos, atualmente, trabalho na Coordenação de Educação Escolar Indígena de Atalaia do Norte-AM, como pedagoga da calha de rio Curuçá/Povo Marubo.

De acordo com as falas dos dois professores indígenas da etnia Marubo, Walciley Oliveira Duarte e Amélia Barbosa da Silva, podemos identificar suas dificuldades e desafios enfrentados durante sua jornada, pois ambos passaram por várias situações difíceis, mas nem por isso foram levados a parar ou simplesmente desistir do que estavam construindo. Por que eles acreditaram nos seus trabalhos, mais cedo ou mais tarde iriam ser reconhecidos pelos trabalhos que faziam.

Amélia Barbosa da Silva, nome na língua materna *Vinawã* e Walciley Oliveira Duarte, nome indígena *Panã* são casados, se conheceram durante o curso Pira-Yawara, formaram família, até hoje vivem juntos, passaram a morar no município por motivo de trabalho. Ambos trabalharam juntos lecionando na escola indígena, aldeia São Sebastião, de 2015 a 2020 trabalharam como responsáveis dos professores indígenas na Coordenação de educação escolar indígena, Amélia como Pedagoga dos professores Marubo e Walciley como Coordenador.

Por sua vez, a Amélia Barbosa, sendo uma mulher criada na educação tradicional do seu povo Marubo, enfrentou muito preconceito por não manter educação tradicional. Ao mesmo tempo, abriu um caminho para outras indígenas mulheres, ou seja, serviu de exemplo como mulher corajosa, determinada e esforçada.

A trajetória de Amélia me faz pensar na trajetória de outras mulheres indígenas e como afirma Santana (2019, p.46), a luta feminista propiciou mudanças de paradigmas, e as mulheres passaram a ocupar os espaços públicos. Nessa perspectiva, as mulheres indígenas também têm reivindicado seus direitos, tornando-se agentes sociais e políticas nas suas comunidades, com participação contundente das mulheres nas lutas por demarcação de terra e a atuação política feminina na liderança de suas comunidades. (SANTANA, 2019, p. 46)

No entanto, não podemos esquecer do primeiro professor Marubo, além dos dois professores indígenas mencionados acima.

Devido à ausência de professores para atender às comunidades indígenas, [Darcy Comapa] é procurado pela FUNAI para atuar como professor em São Sebastião. Para isto, fez parte do II Curso de “Reciclagem dos Professores Rurais”, promovido pelo Órgão Municipal de Educação em Atalaia do Norte, e, passou a lecionar, constituindo-se assim como o “primeiro indígena” a atuar como professor no Vale do Javari (REIS, 2019).

Podemos ver que o pioneiro do movimento indígena Darcy Duarte Comapa, nome na língua materna *Tamãnipa*, filho de um pai peruano com mãe Marubo, pertence ao clã *Ranenawavo*, nasceu e cresceu na aldeia São Sebastião, fez parte da classe docente no Vale do Javari, foi primeiro professor na aldeia São Sebastião, médio rio Curuçá, sempre serviu seu povo, antes de ser tornar liderança.

Podemos dizer que o Darcy dedicou maior parte da sua vida trabalhando com seu povo, atualmente continua quando se trata das discussões dos conflitos em relação ao Vale do Javari.

Além dos primeiros professores Marubo dito acima, no relato da Nely Duarte (2017), traz informação de suma importância, que o seu pai Cesar Marubo, também foi professor da aldeia São Sebastião, no médio rio Curuçá, contratado pela Funai no ano de 1974. Segundo ela, Cesar alfabetizou alguns Marubo da aldeia, a partir de um pouco que aprendeu a ler e escrever com funcionários da FUNAI, não demorou muito, porque namorou duas irmãs, ou seja, se envolveu com duas irmãs Marubo, praticou a tradição do povo Marubo, e não deu continuidade por não ter materiais didáticos disponíveis, por isso deu fim. Acredita-se que não continuou o trabalho, devido falta de apoio e outras necessidades enfrentados, que na época a responsabilidade da educação indígena era da Funai, eles que recebiam recursos do Ministério da Educação (MEC).

A prática cultural Marubo referida pela Nely Duarte, para cultura Marubo, se a mulher tiver irmãs, se ela casar com alguém as irmãs também vão ficar com marido dela, ou seja, o

homem pode casar com as outras irmãs da esposa, dependendo do homem se vai querer ter duas esposas ou não. Claro esses tipos de casamento tradicional com duas irmãs não são obrigatórios dentro da cultura, depende muito do homem. Vale lembrar que nem todos Marubo tem duas esposas, e nem todas mulheres não aceita esses tipos de casamento.

Conforme estudos realizados, documentais, bibliográficos e levantamentos de campo, percebe-se que os quatro indígenas Marubo participaram do momento histórico de professores no Vale do Javari, dando início a novas formas de acesso ao conhecimento do “mundo do homem branco”. O surgimento de professores nas aldeias ganhou o significado da realidade sociocultural do grupo, buscando alternativas para garantia de territórios, a construção educacional, forma de ensinar jovens através de escrita, pensando futuramente.

Para o Marubo, a educação tradicional é que as crianças aprendem convivendo com a mãe e pai, no caso das meninas aprendi fazendo pintura, cordão, carregar banana, acompanhando a mãe produzir adornos e pratos de barro, sempre do lado da mãe, se preparando para ser boa esposa futuramente, enquanto os meninos, aprendem fazendo roça, caça, flecha, arco, cânticos, ambos aprendi com a familiares.

O modelo de escola dos portugueses (professor, sala de aula, livros, cadernos, carteiras, disciplinas, currículos, diretor, horários etc.) é totalmente estranho às culturas indígenas, razão pela qual os povos indígenas passaram séculos indiferentes à dominação sistemática exercida por esse tipo de processo educativo. (LUCIANO, 2013, p.23)

O surgimento da escolarização provocou quebra de paradigmas dentro da educação tradicional Marubo, a escola fez que as crianças sejam ensinadas longe da família, no outro ambiente que é chamada de escola, logo no início muitos pais não deixaram filhos frequentarem a escola oferecida pelos missionários, diziam que não era bom para desenvolvimento dos filhos, a escola iriam deixar filhos preguiçosos, melhor para eles era trabalhar na roça, caça e pesca, enquanto as meninas não podiam ficar longe da mãe, mulher que anda no meio de homens é mal falada, vergonha pra família, por isso mães e pais preservavam educação dos filhos.

Tendo contato direto com branco, vendo os brancos com formação de médicos, enfermeiros trabalhando nas aldeias cuidando de doença, modo de manter educação tradicional teve alterações no cotidiano do povo Marubo. Depois de alguns anos, com surgimento do movimento indígena, instalações das escolas nas aldeias, as discussões era que os indígenas tinham que estudar para cuidar do território e fortalecer a lutar pelos direitos, indígenas tinha que estudar para cuidar dos próprios parentes, não queria mais depender de

branco trabalhando pelos índios, formar índios professores, agente de saúde e médicos garantia de futuro melhor para povo Marubo, isso foi uma das estratégias das lideranças.

Dominar os conhecimentos dos brancos não significa tornar-se branco ou abdicar-se de seus modos tradicionais de vida. Significa que, de posse dos conhecimentos dos brancos e dos seus modos de pensar, agir e viver, a chance de estabelecerem estratégias eficazes de defesa, resistência e garantia de seus direitos e interesses é muito maior, transformando os próprios conhecimentos dos brancos não contra os brancos, mas em favor dos direitos coletivos indígenas. (BANIWA, 2019, p.61)

A partir do momento que os jovens começaram sair da zona de conforto para estudar na cidade e outras instituições que oferece ensino de aprendizagem, eles começaram a ter visão diferente, a escola do branco é para ter conhecimento não só na escrita e leitura, é uma formação de intelectual de multiplicadores, formadores de opiniões e idealista.

Cabe cada estudante refletir em que caminho teve seguir, frequentar a escola não significa que os Marubo vão deixar de ser índios, deixar de praticar cultura como falar língua materna, comer comidas tradicionais que é banana, macaxeira, mingau, pasa (monjica feito de frango, peixe e carne), pupeca, uso de adornos (colar, pulseira e cordão) e pinturas corporais feito de jenipapo que são coisas natos dos próprios indígenas.

CAPÍTULO 3. AS CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO VALE DO JAVARI

3.1 A Coordenação de Educação Escolar Indígena: demandas, reivindicações e conquistas

No ano 2013, foi criada a Coordenação da Educação Escolar Indígena (CEEI), vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com objetivo de atender especificamente a implementação da Educação Escolar Indígena nas comunidades da TI Vale do Javari, no fortalecimento da Educação Escolar Diferenciada e Específica para os povos indígenas como rege a Constituição de 1988, e os artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996.

A Coordenação foi criada na nossa gestão e a indicada foi a Noêmia Mayoruna Wadick na época. Diante da necessidade de uma organização séria voltada especificamente para educação Escolar indígena coloquei ao Gestor municipal, prefeito Nonato, a urgente criação dessa Coordenação e assim foi concretizada. (Maria Edmar Tenazor, ex-secretária municipal de Educação, 2021)

Como foi mencionado, a Coordenação de Educação Indígena é resultado de um Grupo de Trabalho (GT) que reuniu várias instituições de educação e organizações indígenas e indigenistas, pois, a Secretaria municipal de Educação, juntamente com prefeito Nonato Tenazor na época atendeu a reivindicação do GT para demandas da educação do povo indígena do Vale do Javari, pensando na facilidade de trabalho, formou equipe de indígenas para exercer trabalhos pedagógicos nas escolas indígenas da TI.

Durante o período de 2013 a 2020, a Coordenação de Educação Escolar Indígena, realizou ações educacionais como: formação continuada, oficinas pedagógicas para os professores, viagens e acompanhamentos pedagógicos, construções de escolas, processo de regionalização da merenda escolar indígena, na calha do rio Ituí e rio Curuçá.

Em relação a contratação de professores indígenas, sempre foi decidido junto as comunidades, lideranças e Associações Indígenas Marubo por meio de carta de Anuências, levando em consideração a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme o artigo 6º “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas

medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. (Relatório de viagem rio Ituí e Curuçá/CEEI/SEMED 2013/2020).

Figura 5 ABREU, Sebastiana, Formação continuada para professores Indígenas, 2018



3.2 Demandas atendidas

O atendimento das demandas da Educação Escolar Indígena, sempre foram ouvidas e respeitados no princípio de diálogo, direto ou indiretamente junto com professores e comunidades, lideranças e Associações Indígenas, segundo seus interesses apresentados referente às necessidades de cada comunidade. Porém, a Coordenação Escolar indígena não tem recursos próprios para contribuir com todas as demandas nas escolas Marubo, ela depende do apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação recebe recursos para compras de materiais escolares, merenda, material didáticos, todo material relacionado a educação, em seguida faz distribuição para escolas urbanos, rural; no caso das escolas indígena a equipe da coordenação indígena que são responsáveis de fazer entrega dos matérias para as escolas indígenas das aldeias.

3.2.1 Escolas Indígenas

De acordo com levantamento realizada por Walter Coutinho, em 2008, as escolas indígenas se encontravam em situações precárias.

Durante o levantamento que procedemos, em 2008, verificamos a existência de 37 escolas nas comunidades indígenas do Vale do Javari, das quais 35 mantinha em atividade. Se, por lado um lado, em cinco dessas aldeias havia duplicidade de estabelecimentos escolares, construídos por instituições públicas ou particulares distintos, em outras dez comunidades, pelo menos, não havia nenhum tipo de escolas. De 35 estabelecimentos em funcionamento no Vale do Javari, quinze estão localizados em aldeia Marubo. (COUTINHO, 2021, p.344)

Com exceção das escolas construídas pela Missão Novas Tribos, as escolas mencionadas no relatório de Coutinho eram construções em paxiúba feitas pelos próprios indígenas, sem instalações adequadas nem móveis.

No início da gestão escolar em 2013, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) recebeu o quantitativo de 38 Escolas Municipais Indígenas existentes no Vale do Javari, assim conforme o aumento de alunos e aldeias no decorrer da gestão, houve acréscimo nos números de escolas a cada ano. Assim, atendendo as necessidades das comunidades por meios de associações, lideranças que enviaram pedidos via documentos.

Apesar do aumento das escolas indígenas no Vale do Javari, nem todas as escolas indígenas da comunidade tem estrutura adequada para atender as crianças, durante acompanhamento realizado pela Coordenação de Educação Escolar Indígena presenciei de perto as dificuldades enfrentadas pelos professores Marubo, ainda falta muito a ser feito para melhoria do atendimento do ensino dos alunos indígenas na área indígena, podemos ver exemplo de algumas escolas com precariedades de estrutura abaixo.

Figura 6 MARUBO, Josileno, escola Panã Wasinawa, aldeia Txonawaya, rio Curuçá 2021



A escola *Panã Wasinawa*, da aldeia *Txonawaya*, fica localizada no médio rio *Curuçá*, comunidade *Marubo*, antigamente eles moravam na aldeia *Jaburu*, alto rio *Curuçá*, acima da

aldeia Maronal terra indígena do Vale do Javari. De acordo com levantamento realizado na comunidade, apenas quatro famílias que moram na aldeia, a escola atende cinco alunos das modalidades de Ensino Infantil e quatro alunos do Ensino Fundamental, total de 09 alunos. O professor trabalha em regime multisseriado na escola, numa sala única, também tem sido dificultoso e desafiador para os indígenas, na maioria das vezes eles ficam confusos, não dando conta do trabalho, deixa os alunos a desejar.

A escola é construída de paxiúba pelos próprios moradores da aldeia Txonawayá, uma escola improvisada para o professor atender alunos, podemos identificar que é pequena, não cabe 9 alunos dentro, escola sem cadeiras, os alunos sentam no chão para assistir aula ministrada pelo docente, o quadro branco colocado em pé no chão, a cobertura da escola é feita de palha de jarina, mas, estava em péssimas condições, cheio de buraco na telha, quando chovia molhava dentro da escola.

Podemos observar a imagem abaixo (Figura 6), as escolas construídas pela gestão do prefeito Nonato Tenazor, 2013 a 2017. A escola deveria ser construída de acordo com a realidade do povo, uma escola que apresente características ou uma identidade representativa. A escola não tem garantia de durabilidade de 7 a 8 anos, as madeiras estragam, apodrecem rápido, invés de construírem a escola que tenha durabilidade de muitos anos, construíram a escola da maneira que eles queriam, estrutura de escola adequado não indígena, não define identidade do povo, é um trabalho simplesmente para agradar os indígenas.

A estrutura da escola contém uma sala para atender alunos, depósito e cozinha, sem banheiro, porém, a cozinha pequena, sem condições de fazer merenda, as vezes o professor ao mesmo tempo é merendeiro, tem dias que o professor prepara merenda antes de entrar na sala de aula ou pede para outra pessoa preparar merenda para alunos, isso quando tem merenda escolar, assim que acaba a merenda eles ficam sem merenda até final de ano.

Figura 7 MARUBO, Josileno. Aldeia São Salvador, escola mestre Txano construída 2017.



A escola indígena recebeu nome de Mestre Txano, homenagem ao primeiro morador da comunidade, nome colocado para lembrar pessoa falecido, forma de não esquecer uma pessoa querida, também podem colocar nomes de lideranças ou uma anciã (ão).

QUADRO DE ESCOLAS MARUBO POR CALHA DE RIO

Escolas Indígenas do Rio Curuçá

Nº	DEIA ESCOLA	RIO	
01	Komãya	Vicente	Alto Curuçá
02	Jaburu	Tamã Yaka	Alto Curuçá
03	Maronal	José Rodrigues de Almeida	Alto Curuçá
04	Matxi Keyawai	Vina Mashepa	Alto Curuçá
05	Morada Nova	Alberto Mani	Alto Curuçá
06	Txonã Wãya	Panã Wasinawa	Médio Curuçá
07	São Sebastião	Ermínia Maia	Médio Curuçá
08	Volta Grande	Tamã Maya	Médio Curuçá
09	São Salvador	Mestre Txano	Médio Curuçá

Escolas Indígenas do Rio Ituí

Nº	ALDEIA ESCOLA	RIO	
01	Kapi Vanawai	Tama Imy Shapõpa	Alto Ituí
02	Paka Vanawai	Rame Vimipa	Alto Ituí
03	Paraná	Vimi Pëiya	Alto Ituí

04	Paulinho	Taë	Alto Ituí
05	Nazaré	Txoko Tama	Alto Ituí
06	Liberdade	Ako Sinãpa	Alto Ituí
07	Missão Vida Nova	Missão Vida Nova	Alto Ituí
08	Vida Nova	Shâko Mai	Alto Ituí
09	Santa Luzia	Kanãpa	Alto Ituí
10	Alegria Wani	shêpa	Alto Ituí
11	Mâncio Lima	Kënë (Paralisada)	Alto Ituí
12	Pentiaquinho Var	Otavo	Alto Ituí
13	Boa Vista	Tama	Médio Ituí
14	Rio Novo	São Francisco	Médio Ituí
15	São Joaquim Wa	hĩMai	Médio Ituí

Atualmente são 53 escolas indígenas no município, registradas, todas elas têm decreto de criação, conforme Censo escolar da SEMED de Atalaia do Norte, de 2021. Sendo quatro escolas no médio rio Curuçá, cinco escolas no alto rio Curuçá, três escolas no médio rio Ituí, 12 escolas no alto rio Ituí, em funcionamento, uma escola indígena do rio Ituí paralisada por falta de demanda de alunos, os responsáveis dos alunos transferiram para estudar no município de Guajará. Ou seja, das 53 escolas indígenas, 24 atendem comunidades do povo Marubo.

Escolas indígenas construídas pela prefeitura municipal de Atalaia do Norte na Terra Indígena TI 2017-2020

Nº	ESCOLA	SALA	ALDEIA	ETNIA	RIO	ANO
01	São Francisco	01	Rio Novo	Marubo	Médio Ituí	2017
02	Alberto Mani	01	Morada Nova	Marubo	Alto Curuçá	2017
03	Ermínia Maia	02	São Sebastião	Marubo	Médio Curuçá	2017
04	Mestre Txano	01	São Salvador	Marubo	Médio Curuçá	2017
05	Iva Kulina	01	Pedro Lopes	Kulina	Médio Curuçá	2017
06	Waki Mayoruna	04	Lobo	Mayoruna	Alto Jaquirana	2017
07	Uambo	02	São Meireles	Mayoruna	Alto Jaquirana	2017
08	Dayaharawa	02	Bananeira	Kanamari	Rio Itacoaí	2018
09	Dyaho Kanamari	03	Massapê	Kanamari	Rio Itacoaí	2018
10	Vimi Peiya	02	Paraná	Marubo	Alto Ituí	2018
11	Txoko Tama	01	Nazaré	Marubo	Alto Ituí	2018
12	Kaviha	02	Estirão do Arara	Kanamari	Rio Itacoaí	2018
13	Kanande	03	Nova Esperança	Mayoruna	Médio Curuçá	2019
14	Mebu Ushu	02	Terrinha	Mayoruna	Médio Curuçá	2019
15	Pemem	01	Lar Feliz	Mayoruna	Médio Curuçá	2019
16	Shabac Mayoruna	01	Fruta-Pão	Mayoruna	Médio Curuçá	2019

17	Carlito Kanamari	03	São Luís	Kanamari	Médio Javari	2019
18	Três José	01	Lago Grande	Mayoruna	Médio Javari	2019
19	Lago do Tambaqui	01	Lago do Tambaqui	Kanamari	Médio Javari	2019
20	Binan Shapu Matis	02	Kudaya	Matis	Rio Branco	2019
21	Dame Ibi	02	Tawaya	Matis	Rio Branco	2019
22	Kanika Sianki	02	Paraíso	Matis	Rio Branco	2019

QUADRO 1. Quadro demonstrativo das escolas indígenas construídas no interior da Terra Indígena
 FONTE: coordenação indígena, 2020.

De acordo com o quadro acima, as escolas construídas no rio Ituí foram nas seguintes aldeias: Rio Novo, Paraná, Nazaré; e no Rio Curuçá foram: Morada Nova, São Sebastião e São Salvador.

Devido as cobranças e reivindicações dos professores juntamente com lideranças, em visitas técnicas e acompanhamento pedagógico nas aldeias pude observar a situação dos prédios escolares, inclusive os construídos pelo poder público, no qual foi possível detectar as escolas em estados precários, outras necessitando de reparos e aldeias sem escolas. A visita técnica foi realizada durante a entrega de material pedagógico, aproveitei para tirar fotos das escolas, deixar tudo registrado no relatório técnico.

A partir desse diagnóstico, foi feito o levantamento das aldeias com maior necessidade de construção de escolas, daí foi atendido pelo prefeito, sendo que, das 53 escolas indígenas no Vale do Javari, a empresa construtora L.J.G. BARROS CONSTRUÇÕES - LTD construiu 22 prédios escolares. Faltando, portanto, 31 escolas a serem construídas.

As escolas construídas entre 2017 e 2019 podem sofrer consequências, devido falta de planejamento adequado, se não tiver reforma e cuidado pelos responsáveis, sabemos que a madeira apodrece. A Coordenação de Educação Escolar Indígena, recebeu várias cartas de lideranças da comunidade pedindo reforma, relação dos materiais das escolas como: tinta para pintar escola, tela, cadeira, impressora para os professores trabalhar.

Outra situação importante que podemos ressaltar é que demanda de alunos atendidos nas comunidades indígenas varia a cada ano, devido a rotatividade das famílias que solicitam transferências para os centros urbanos como Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, Guajará, Juruá, Eirunepé e Cruzeiro do Sul, mesmo os estudantes não tendo concluídos o 5º ano.

Quadro quantitativo de professores e Alunos indígenas atendidas por ano

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Professor	58	64	68	74	75	85	94	98	102	101
Aluno	2.164	2.384	2.768	2.958	2.243	2.238	2.225	2.331	1.294	88

Nos últimos anos, a saída de alunos indígenas da aldeia para município, tem afetado aldeias Marubo com a diminuição dos alunos na escola. Eles saem das aldeias para estudar no município de Atalaia do Norte-AM, em busca de melhorias no aprendizado, principalmente para aprender falar português, muitos deles falam assim: “quero aprender falar português, por isso quero estudar na cidade”. Mas acabam se encontrando em situações completamente diferentes, moradia, alimentação, eles não têm o domínio de língua portuguesa, por se alfabetizaram na língua materna, entretanto, não dispõem de recursos para manter na cidade, alguns ficam pouco tempo e voltam para aldeia. A presença e algumas das situações vividas por indígenas que residiam na cidade de Atalaia do Norte estão descritas no relatório do recenseamento participativo realizado no ano de 2018 através da parceria entre a Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas (SEMAI), a UFAM e a UEA (REIS, *et. al.*, 2020).

3.2.2 Modalidade de ensino atendido

A modalidade de ensino que funciona atualmente nas escolas indígenas do Vale do Javari são anos iniciais, ensino fundamental de 1º a 5º ano. Seguindo o Plano Municipal de Educação-PME, conforme meta 21, que trata da Educação Escolar Indígena, o Município deve ofertar nas Escolas Municipais Indígenas: Educação Infantil (Pré-I e Pré-II), Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (1º e 2º Fase). No atendimento da educação infantil nas comunidades indígenas a Secretaria Municipal de Educação tem buscado atender os pedidos das comunidades interessadas, conforme os direitos e reivindicações dos povos indígenas assegurados no parágrafo 2º, do artigo 8º da Resolução CNE/CEB 5/2012. e “com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, completa-se a legislação educacional emanada da Constituição de 1988. Em seu Título VIII - "Das Disposições Gerais", Artigos 78 e 79, a LDB trata especificamente da educação escolar indígena”. (ARMONIA, 2012; CAMPOS, 1998).

De acordo com o decreto municipal Nº 22/GP/2017, em 06 de outubro de 2017 criou-se as escolas indígenas e escolas ribeirinhas no município de Atalaia do Norte- AM, pela primeira vez na história do município. Sendo 45 escolas indígenas e 17 escolas não indígenas em funcionamentos.

Constituição mantém, no seu Artigo 22, inciso XIV, a competência privativa da União de legislar sobre essas populações. O Artigo 210 assegura às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas. O Artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras. (CAMPOS, 1998 p.32)

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) vem atendendo as reivindicações das comunidades interessadas de modo inclusivo a Educação Infantil nas escolas indígenas, que trabalham com as propostas curriculares específicas, intercultural, comunitária, multilíngue e diferenciada com os conteúdos e metodologias de ensino voltada para educação complementar das famílias indígenas, conforme as peculiaridades culturais de cada povo. Assim como Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos seguem as propostas curriculares específicas com os conteúdos culturais e científicos de maneira interdisciplinar.

Estrutura Curricular das Escolas Indígenas

Áreas do conhecimento

Linguagem

- Língua Materna
- Língua Portuguesa
- Arte e Cultura
- Práticas Corporais e Esportiva

Matemática:

- Matemática (contagem, números na língua materna)

Ciências:

- Ciências da Natureza e conhecimentos tradicionais

Ciências Humanas:

- Geografia e Contextos Locais
- História e Historiografia Indígena

Observação:

São estruturas curriculares de modo geral da escola indígena Marubo, conforme PPP que está em andamento, a partir momento que fizeram Unificação em 2014, professores vem trabalhando. A disciplina de língua materna é trabalhada desde do 1º Ano, -Treinar a coordenação motora; conhecer e identificar vogais e consoantes Marubo; formar e identificar sílabas em Marubo; formar palavras em Marubo; Identificar as letras maiúsculas e

minúsculas. Já no 2º já são ensinados -Formar e entender pequenas frases; - Conhecer e formar palavras com Tx, Ts, Sh, Ch, Ich, Is; - Contar e escrever pequenas histórias na língua Marubo. Assim, a disciplina de língua materna vai até concluir 5º ano do ensino fundamental.

3.2.3 Calendário letivo diferenciado

O início e o termino do ano letivo das escolas indígenas é elaborado conforme calendário escolar específico da área indígena, que são divididos em três, calendários com diferentes datas de início e termino do ano letivo. Assim, o calendário escolar Indígena vem sendo desenvolvido pela equipe técnica da Coordenação de Planejamento junto a Coordenação de Educação Escolar Indígena.

Neste sentido, o calendário é adequado no cumprimento dos 200 dias letivos e suas 800 horas, conforme a formação de professores das respectivas turmas: Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, Licenciatura em Matemática do PARFOR e para os professores que não estão cursando as licenciaturas.

Dessa forma, o calendário escolar é específico e diferenciado, respeitando os períodos de atividades tradicionais, ligadas ao ciclo da natureza que oferecem aos povos indígenas nas plantações, colheitas, pescarias, caçadas, rituais e festas culturais que são consideradas como atividades letivos.

3.2.4 Ações realizadas 2017 a 2020

A SEMED por intermédio da Coordenação de Educação Escolar realizou ações pedagógicas duas vezes por ano em todas as escolas das calhas do Vale do Javari TI, dependendo das condições geográficas e climáticas da região seguindo o cronograma de ações anual pedagógicas da coordenação.

As viagens são realizadas no segundo e terceiro trimestre do ano letivo, uma viagem programada de 35 dias e a outra de 30 dias em todas as calhas de rios fazendo atendimento: rio Ituí, Marubo (15 escolas), rio Curuçá, Marubo (09), rio Jaquirana, Mayoruna (05), rio Branco, Matis (04), rio Itacoaí, Kanamari (08).

Durante estas viagens se realizam entrega de materiais didáticos, material escolar, merenda escolar; oferecem orientação pedagógica, todos os materiais de apoio aos professores, bem como as orientações aos professores e as observações acerca de como

andam o ensino-aprendizado nas referidas aldeias. É importante ressaltar que as ações são todas realizadas e registradas pelo pedagogo responsável pela ação desenvolvida.

No ano de 2019, entre o período de setembro a dezembro, priorizou-se as discussões sobre a construção das propostas do Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) do Povo Tukuna/Kanamari, na aldeia Massapê, rio Itacoaí, junto as instituições parceiras FUNAI, CIMI, CTI, SEDUC, UEA e Associação Kanamari do Vale do Javari (AKAVAJA). Assim, a referida proposta foi aprovada pelo parecer nº 007/CME/2020. Sendo até o momento único PPP indígena, aprovado e reconhecido das escolas indígenas do Vale do Javari.

As instituições parceiras são muito importantes nas discussões relacionadas a educação, outros tipos de discussões, como a Assembleias, produção de material, logística, sempre estão disponível para colaborar, principalmente, o Conselho Trabalho Indigenista (CTI) que vem acompanhado a educação desde 2006 e continua desenvolvendo o trabalho na região; o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) local, que é uma organização da igreja Católica, nos últimos anos tem atuado na luta por garantia de direitos dos povos do Vale do Javari, diante de ameaças e contrabando de animais .

3.2.5 Acompanhamento Pedagógico na aldeia

O acompanhamento pedagógico é realizado nas Escolas Municipais Indígenas pela equipe Pedagógica da Coordenação de Educação Escolar Indígena. De acordo com o planejamento anual as ações pedagógicas são executadas trimestralmente, conforme a situação climática e geográfica da região.

O período de estiagem da região acontece a cada ano entre os meses de julho, agosto, setembro e outubro, desta forma as orientações pedagógicas aos professores são concretizadas através de via rádio fonia e telefone das aldeias que oferecem sistema de comunicação.

Diante das circunstâncias, as viagens de acompanhamento pedagógico de cada ano seguem a programação em consonância com período de enchente.

- 1º Entrada: mês de março;
- 2º Entrada: mês de junho;
- 3º Entrada: mês de novembro.

Conforme o cronograma de viagens as equipes realizam orientações pedagógicas aos professores, preenchimento da ficha de matrícula inicial, diário de Classe, atas bimestrais, ata

final, plano de aula, produção de material pedagógico, Projeto Político Pedagógico Indígena – PPPI, reunião de sensibilização com os pais de alunos e lideranças, diagnóstico da necessidade do espaço escolar, do prédio, materiais permanentes e transporte escolar, bem como todo o material.

O responsável da ação aproveita faz reunião com lideranças, comunidade, alunos e responsável dos alunos quando chega a cada aldeia, dando orientação como está sendo realizado o trabalho, a conversa é muito produtiva, informar a eles a importância de crianças frequentar sala de aula.

3.2.5.1 Oficina de orientações pedagógicas

A equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, junto com a Coordenação de Educação Escolar Indígena vem promovendo oficinas e orientações pedagógicas para os professores indígenas na sede do Município e nas comunidades Indígenas de acordo com a programação durante o período de 2013 a 2020.

Ressaltamos que esta Coordenação vem ao longo desses anos ofertando orientações, capacitações para professores com objetivo de fortalecer o ensino e aprendizagem dos atendimentos para os mesmo que são realizadas nos seguintes períodos.

- 1º Capacitação no mês de fevereiro após a lotação e contratação de professores indígenas;
- 2º Capacitação no mês julho, no início do segundo semestre;
- 3º Orientação no mês de dezembro, no período de encerramento do ano letivo.

Figura 8 ABREU. Professores indígenas da turma de Pedagogia Intercultural na orientação, 2019.



Figura 9 ABREU. Professores da turma de Licenciatura em Matemática do PARFOR, produzindo materiais pedagógicos, 2019.



3.3 Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que estava atuando na região do Vale do Javari, presenciou de perto as precariedades das escolas Marubo, resolveu ajudar a população das comunidades indígenas, construiu Projeto Político Pedagógico (PPP), juntamente com professores Marubo do rio Ituí, a discussão de proposta da construção aconteceu na aldeia Rio Novo, médio Ituí, no ano de 2010. Enquanto no rio Curuçá, os próprios professores Marubo construíram PPP Marubo com acessória da ASSASSEVAJA, na aldeia São Sebastião em 2008.

A partir do momento que os professores perceberam que havia duas propostas de PPP para Marubo, povo falante da mesma língua, de mesma cultura, mesmo costume, logo que não precisava ter duas propostas de PPP, portanto, resolveram unificar em uma só proposta.

Depois de alguns anos querendo unificar Projeto Político Pedagógico, só no ano de 2014 foi feita implementação da Unificação do PPP Ituí e PPP Curuçá juntamente com professores indígenas de duas calhas de rios e participação da coordenadora da Educação escolar indígena Noemia Wadick Mayuruna, parceria da Secretaria de Educação Municipal de Educação, o evento realizou-se no sítio Canaã, localizado na estrada BR-307 que interliga município de Atalaia do Norte e Benjamin Constant.

Desde aí ficou paralisado, não foi aprovado, precisou de alguns ajustes para aprovação, mas ninguém voltou a discuti-la. Apesar de ser o documento não aprovado, os

professores sempre vêm trabalhando de acordo os currículos propostos, cada professor tem em mão o documento físico da proposta PPP Marubo.

Depois de 08 anos, diante das necessidades enfrentados, falta de respeito com os professores, principalmente com etnia Marubo, voltaram a discutir novamente Projeto Político Pedagógico -PPP, agora com apoio do ex-vereador Manoel Barbosa da Silva (Chorimpa), tenha visto a dificuldades dos professores indígenas, pela falta de matéria escolar, calendário escolar diferenciado não sendo compreendido pela nova gestão, e acompanhado os professores que atuam nas escolas indígenas da aldeia de perto, resolveu tomar a frente para solucionar, ele diz:

Nossos professores indígenas precisam de ferramenta, currículo específico, instrumento de trabalho. Precisamos de mecanismos para trabalharmos com nossas crianças, a educação escolar diferenciada não está sendo respeitado pelos brancos, porque, não temos PPP. (SILVA, Manoel. 2022)

Durante a reunião com todos os professores Marubo no prédio da UNIVAJA, no dia 09 de fevereiro de 2021, o Chorimpa colocou sua grande preocupação no atendimento da Secretaria Municipal de Educação-SEMED atual nas escolas indígenas no Vale do Javari, segundo ele percebeu que nos seus argumentos e discursos como secretaria não quer ter diálogo com representantes das associações indígenas locais, sendo que as gestões anteriores vêm trabalhando com a parceria com indígenas, principalmente com associações.

O Projeto Político Pedagógico Marubo é um documento que irá conter currículos das escolas indígenas, ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola Marubo, respeito aos modos de organização do tempo e espaço da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais no cotidiano escolar, aprendizagem entre dois mundo (ensinamento indígena e ensinamento não-indígena), principalmente, nas interações do ambiente educacional com a sociedade, construir o conhecimento no processo sociopolíticos e culturais da identidade do povo.

A esperança de ter PPP é anseio de muitos professores Marubo, é um documento que têm garantia direito de educar as crianças de acordo com a realidade do povo. Entretanto a proposta de discussão está em andamento, não foi realizada até o momento, devido últimos acontecimentos na região.

3.4 Formação de professores Indígenas

3.4.1 Magistério Indígena

Tendo em vista a carência de formação de professores indígenas no Vale do Javari, no ano de 1999 a antiga organização indígena, Conselho Indígena do Vale do Javari – CIVAJA em parceria com Associação de Apoio a Saúde e Educação do Vale do Javari – ASSASEVAJA elaborou um projeto de formação de professores indígenas que foi apresentado ao governo do Estado, no qual o projeto foi aderido no programa Projeto Pirayawara da SEDUC no Município de Atalaia do Norte, é um programa específico para formação de Magistério indígena do Estado do Amazonas para qualificar os professores.

O referido projeto de formação iniciou-se no mês outubro de 2001, em parceria entre movimento indígena, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC através da Gerência de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas -GEEI-AM, onde foram realizadas apenas 1º a 7º etapas. Assim estava paralisada desde de 2007. Pois, com a criação da Coordenação de Educação Escolar Indígena a Secretaria Municipal de Educação-SEMED no ano de 2013 reativou as parcerias com as mesmas instituições mencionadas. Sendo assim a 8ª etapa foi retomada em 2013 e a 9ª etapa concluída em abril de 2014.

3.4.2 Licenciatura indígena

A Secretaria Municipal de Educação-SEMED através da Coordenação de Educação Escolar Indígena-CEEI, cadastrou 35 professores indígenas na área de Licenciatura em Pedagogia, na oportunidade da publicação do edital de 2015, do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que tem como objetivo de fomentar a educação superior, gratuita e com qualidade, para professores em exercício na rede Pública de educação básica.

Considerando, o direito de formação diferenciada e específica de professores indígenas a Secretaria Municipal de Educação realizou seminário de construção da proposta da matriz curricular específica do curso junto organizações indígenas, FUNAI, CIMI, CTI, UEA e UFAM. Neste sentido o seminário foi denominado Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena.

O curso iniciou em janeiro de 2016, e acontece duas etapas por ano pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, Secretaria Municipal de Educação e Coordenação Regional da FUNAI-Vale do Javari. Assim cada parceiro tem feito a contrapartida para realização das etapas, a Universidade do Estado do Amazonas com a deslocamentos e o pagamento de professores formadores, a FUNAI com o combustível para deslocamentos de professores indígenas de suas aldeias para o local do curso. A Secretaria Municipal de Educação com alimentação para professores e formadores, material de apoio.

A conclusão do curso estava prevista no ano de 2020. Por consequências da pandemia COVID-19 não foi possível concluir, conforme o Decreto Municipal nº 005/20 que entrou em vigor no dia 17 de março de 2020 com suspensão de todas as atividades presenciais e coletiva por medidas de segurança e prevenção distanciamento social fazendo com que a doença não se propagasse no município e especificamente nas comunidades indígenas do Vale do Javari.

“Após 21 anos de estudos e espera, a turma de Licenciatura Intercultural Indígena consegue alcançar o sonho da graduação. Entre os desafios, estavam a falta de políticas públicas, distância e transporte”. (WÉRICA, Lima, 2022).

A colação de grau dos professores da Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, aconteceu no dia 16 de dezembro de 2022, no Ginásio Esportiva Lucival no município de Atalaia do Norte, com a presença de indígenas, professores que ministraram o curso, professores da UFAM e demais autoridades locais. A primeira formatura dos professores indígenas do Vale do Javari TI, sei que algumas pessoas não conseguiram presenciar esse momento de alegria e conquista, porque, já se foram, mas deixou nome e marca registrado.

Na publicação do edital de 2018, do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, a Coordenação de Educação Indígena, fez o cadastro de 34 professores indígenas na área de Licenciatura em Matemática.

O curso iniciou em janeiro de 2019, assim realizou-se duas etapas por ano pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Para realização desse curso a Universidade do Estado do Amazonas, com a contrapartida das viagens e o pagamento de docentes e a Secretaria Municipal de Educação com o combustível para viagens dos professores indígenas de suas aldeias para o local do curso e a alimentação dos professores indígena e dos docentes. Assim até o presente momento foi realizada a 3ª período. Portanto, com a chegada da pandemia COVID-19 não foi possível

realizar 4ª a 5ª período, ficou paralisado 2020 a 2022, depois deu continuidade, o curso está em andamento.

A Coordenação de Educação Escolar Indígena por meio da SEMED vem se empenhando na formação de professores indígenas junto as instituições parceiras com o objetivo de melhorar a qualidade de Ensino e Aprendizagem no atendimento da Educação das escolas Indígenas.

Como demonstra o quadro abaixo ainda a necessidade de formação para professores: devido diferentes períodos de contatos e questões socioculturais das comunidades com povos de filosofia tradicionais, assim como surgimento de novas aldeias, tendo em vista que ainda apresenta a carência de formação de professores para atender a demanda da Educação Escolar Indígena no vale do Javari.

Quadro qualitativo dos professores com nível de escolaridade 2022

Etnia	Fundamental completo	Ens. Médio completo	Magistério Indígena	Graduado em Pedagogia intercultural indígena	Graduando em Matemática
Kulina	-	01	-	-	01
Kanamari	-	11	01	07	08
Matis	-	07	01	01	01
Mayoruna	01	16	-	09	08
Marubo	02	14	07	18	06

Observação: 02 professores Marubo não concluiu Ensino Fundamental, 14 professores Marubo tem Ensino Médio, 07 Marubo tem Magistério indígenas, 18 Marubo concluíram Pedagogia Intercultural Indígena 2022 e 06 Marubo estão cursando curso de Matemática PARFOR.

CAPÍTULO 4. PANDEMIA COVID-19

4.1 Enfrentamento da Pandemia COVID-19

Ao iniciar o ano de 2020 todas as atividades escolares se cumpriam de acordo com os calendários normais. Somente a partir do dia 11 de março de 2020 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de emergência por se tratar da pandemia COVID-19, ter alcançado disseminação mundial, ao se propagar pelos continentes com transmissão rápida de pessoa para pessoa. Com a declaração da (OMS) para o mundo, o Brasil juntos com os estados e o município de Atalaia do Norte baixou um Decreto Municipal nº 005/2020, dia 17 de março de 2020 com a suspensão de todas as atividades presenciais e coletivas por medidas de segurança, prevenção e distanciamento social. Assim como a FUNAI baixou a Portaria nº 419/PRES, de 17 de março de 2020, que no Art. 3º determinava: “o contato entre agentes da FUNAI, bem como a entrada de civis em terras indígenas devem ser restritas ao essencial de modo a prevenir a expansão da pandemia”.

Tendo em vista a disseminação da covid-19 entre os povos indígenas no Brasil, a Procuradoria da República no município de Tabatinga (PRM/TBT), no estado do Amazonas, instaurou o Procedimento Administrativo nº1.13.001.000032/2020-43 para acompanhar o cumprimento da legislação e das políticas públicas dos serviços de saúde, ações de vigilância sanitária e controle do transporte, por meio de ação coordenada e de urgência, nas regiões do alto e médio rio Solimões e no Vale do Javari. (COUTINHO, 2021).

Seguindo orientação do Conselho Nacional de Educação CNE, através do parecer nº 005/2020, que determinava a efetivação da oferta de atividades pedagógicas não presenciais em todas as etapas de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, a equipe da Coordenação Pedagógica Indígena e Coordenação de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação - SEMED criou propostas de atividades remotas e reorganização do calendário escolar, conforme as orientações da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/AM, Conselho Estadual de Educação-CEE-AM, Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME.

Assim, discutiu-se propostas e alternativas para adequar essa nova realidade desafiadora no desenvolvimento de atividades educacionais nas Escolas Municipais Indígenas do Vale do Javari. E por meio desse diálogo conseguiu-se organizar e implementar algumas atividades pedagógicas que foram desenvolvidas através das atividades remotas e orientações

individuais respeitando as especificidades de cada povo indígena e o distanciamento social, a fim de atender o cumprimento da carga horária do ano letivo de 2020 para que os alunos Indígenas não ficassem totalmente desassistidos.

Durante a pandemia foram identificados os principais pontos nas estruturas das escolas Marubo do Vale do Javari. Primeiro a falta de estrutura física e equipamento como pia, banheiro, caixa da água para os professores atenderem os alunos nas escolas durante a pandemia; segundo, os professores indígenas não tinham preparação para trabalhar e agir durante qualquer tipo de situação, como aconteceu com chegada da coronavírus, eles ficaram paralisados não sabiam o que fazer, muito menos não sabiam o que era coronavírus; terceira, quando o município decidiu adotar as Aulas Remotas, os professores ficaram perdidos, mesmo explicando para eles via radiofonia demorou muito para entenderem o funcionamento, pois, os pedagogos de área não podiam entrar nas áreas indígenas, as orientações foram realizadas através da via radiofonia, mais os professores da área não compreendia bem, as vezes não dava para fazer boa comunicação, porquê em algumas comunidades a radiofonia não funcionava, teve professores que trabalharam normalmente, dentro da sala de aula, mas, não queriam prejudicar os alunos.

As escolas não estavam preparadas para esses tipos de segurança, como foi mencionado acima, que a maiorias das escolas são precárias, não tinham condições de eles trabalharem com distanciamento, outro problema enfrentado em relação uso de máscara e uso de álcool na mão, ninguém usar, muito menos passar álcool gel na mão.

No ano seguinte, para não deixar alunos das escolas indígenas desassistidas e não perder o ano letivo de 2021 com enfrentamento da pandemia, a atual Secretaria Municipal Educação por sua vez adotou atividades híbridas, isto é, presenciais e remotas para rede municipal de escolas. Como as escolas indígenas não tem acesso à internet, WhatsApp e rádio para acompanhar atividades ministradas pelos professores, isto dificultou a comunidade das atividades nas áreas indígenas.

Pensando no ensino e aprendizagem das crianças indígenas, a SEMED, juntamente com a equipe de Planejamento realizou uma capacitação de uma semana, na sala da escola Luciney Carneiro Melo, mês de abril de 2021, para pedagogos indígenas, professores e intérpretes indígenas, para adentrar na comunidade e fazer orientação aos professores indígenas que estavam na área indígena lecionando. Os pedagogos Marubo e interpretes contratos da nova gestão de 2021 foram: Paulo Nascimento (pedagogo), Adirio Esteves Nascimento Cruz (interprete) responsável do rio Ituí e Amélia Barbosa (pedagoga), Jonas

Doles (interprete) responsável pelo atendimento pelo rio Curuçá, e os demais indígenas de outras etnias.

As orientações realizadas foram: preenchimento do Parecer descritivo, aulas de informática básica, palestras, oficinas, plano de aula, apresentação do ensino do BNCC, os pedagogos e interpretes das escolas indígenas foram orientados pelos coordenadores e professores capacitados na área de conhecimento, preparando para eles adentrar na área indígena para realizar ações pedagógicas com professores indígenas nas aldeias Marubo dos rios Ituí e Curuçá e demais aldeias. Dessa forma, os pedagogos e intérpretes indígenas receberam toda informação, e tiveram até conhecimento dos protocolos de segurança para início das atividades híbridas e continuidade das atividades remotas nas escolas municipais indígenas.

No período da entrada na área, a Pedagoga Amélia Barbosa que atende professores da calha do rio médio e alto Curuçá, juntamente com Jonas Doles passou por problemas de saúde, ela estava aguardando para fazer cirurgia, foi diagnosticado com pedra no rins durante exame, porém, fui para ação substituindo a Pedagoga, fiz duas entradas no rio Curuçá, no começo e final de ano de 2021, tive uma experiência muito bacana de trabalhar com professores do rio médio e alto Curuçá, apesar dos desafios, adquirir bastante experiências e aprendizagem.

A minha primeira viagem para ação antes da pandemia, foi para regiões do médio e alto rio Ituí, ano de 2018 e 2019, para realizar entrega de materiais pedagógicos nas escolas, como já tinha realizado uma ação tinha um pouco de conhecimento da viagem, fui escolhido para assumir a viagem no Rio Curuçá, acompanhado de uma pessoa do setor da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas (SEMAI), foi um trabalho de muita responsabilidade e confiança, dei melhor de mim para não acontecer nada de errado, e ação foi realizado com sucesso.

Figura 10 Professores do Médio Curuçá em capacitação, 2021



A viagem foi programada para um período de 41 dias no Rio Curuçá e 50 dias no Rio Ituí, considerando os dias de viagem necessários de cada calha de rio, até as últimas aldeias, para que os pedagogos realizassem atendimentos nas escolas indígenas do Vale do Javari.

Através da equipe Pedagógica foram realizadas ações de orientações e acompanhamentos pedagógicos nas aldeias indígenas, de acordo com o plano de ação e cronograma de viagens, foram entregues merenda escolar, materiais e livros didáticos com remessas triplicadas em todas escolas indígenas, trimestralmente nas 05 calhas de rios conforme o planejamento anual. Assim também foram realizadas três capacitações pedagógicas anuais na sede do município, como oficinas, produção de matérias didáticos, preenchimentos de matrícula inicial, diários de Classe, atas bimestrais, ata final e plano de aula.

Para facilitar o trabalho dos professores durante a pandemia, a Coordenação de Educação Escolar Indígena em parceria com a Coordenação de Planejamento produziu apostilas para apoiar as atividades remotas referente as modalidades de ensino: Educação Infantil Pré I e Pré II, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos-EJA 1º a 2º fase. Sendo as mesmas interdisciplinar, os mesmos realizaram suas atividades remotas para concluir o ano letivo de 2020 conforme Protocolo de Segurança e o Plano Estratégico Indígena.

Figura 11 Apostila produzida para Educação Infantil, 2020



ESTADO DO AMAZONAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
 COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESCOLA INDÍGENA – CEEI
 EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ I e PRÉ II



**PREVENÇÃO
 DA COVID-19**

NAS ATIVIDADES REMOTAS

- # SEMPRE QUE ESTIVER FORA DE CASA USE MÁSCARAS
- # LAVE AS MÃOS COM FREQUÊNCIA OU USE ÁLCOOL EM GEL.
- # MANTENHA DISTÂNCIA FÍSICA SEGURA DAS OUTRAS PESSOAS (2 METROS).
- # SE PRECISAR ESPIRRAR OU TOSSIR, CUBRA O ROSTO E SE VIRE PARA ONDE NÃO TENHA PESSOAS.
- # LIMPE E DESINFETE SUPERFÍCIES E OBJETOS ANTES DE TER CONTATO

SR. RESPONSÁVEL, CONTAMOS COM SUA COLABORAÇÃO PARA QUE AUXILIEM AS CRIANÇAS LENDO TODAS AS PROPOSTAS, CONVERSANDO COM ELAS SOBRE OS ASSUNTOS ABORDADOS, PERMITINDO QUE SE EXPRESSEM LIVREMENTE E AUXILIANDO QUANDO PRECISO.

Figura 12 Apostila produzida para Educação Infantil, 2021



A equipe pedagógica Indígena em parceria com a Coordenação de Planejamento construiu um parecer de avaliação descritivo individual especificamente para o aluno indígena, com critérios avaliativos em relação às atividades remotas desenvolvidas em tempo de Pandemia da COVID-19, aplicada pelos professores indígenas nas residências dos alunos de acordo com Matriz Curricular Diferenciada. Na sequência, conforme a logística de chegada dos professores na Coordenação, os mesmos foram orientados para o preenchimento dos pareceres respeitando os protocolos de segurança e suas especificidades

Figura 13 MARUBO. Professores do rio Ituí, Jaquirana, Curuçá e Rio Branco recebendo orientações sobre parecer avaliativa das atividades remotas do ano



4.1.1 Dificuldades enfrentadas para chegar nas aldeias Marubo.

As aldeias Marubo localizadas no Vale do Javari, ficam distantes do município de Atalaia do Norte. Devido as grandes distâncias geográficas, cabe mencionar que as viagens não podem acontecer de qualquer jeito, pois, precisam de programação muito bem elaborada e pensada, devido a distância precisa de barco adequado para levar matérias necessários do trabalho, principalmente as aldeias que ficam distantes, no período do verão, ficam mais longe.

Outra situação que eles enfrentam, o barco não entra nos igarapés durante verão, o rio seco atrapalha e dificulta muito a entrada de profissionais da Educação Escolar. Além disso, na época do verão também tem muito pau no meio do rio, como aldeias ficam na cabeceira do

Rio Curuçá, isso atrapalha a passagem de barco, as vezes até de furar o barco ou acontecer alguma coisa com transporte sobrecarregado, por isso todo cuidado é necessário.

Vale ressaltar que as ações realizadas pela Coordenação de Educação Escolar Indígena, as vazantes dos rios não contribuí muito na viagem, quanto mais vazante, as comunidades indígenas ficam mais distantes, mais dias gastos durante a viagem. Sabemos que todas as aldeias Marubo ficam na cabeceira do rio, tanto como Rio Ituí e Rio Curuçá, são rios que tem difícil acesso de chegar no barco grande durante o verão, na época da enchente facilita o trabalho, mesmo enfrentando as dificuldades, as equipes da SEMED entram para realizar a ação pedagógica, para cumprir a programação feita pela Secretaria de Educação do ano letivo, sabendo dos riscos e a dificuldades que iria encontrar durante a viagem.

Vale do Javari é uma região muito desafiadora, com obstáculos e cheio de animais selvagens, quem vive no lugar e trabalha na região sabe muito bem, durante a viagem há vários tipos de riscos, durante o dia tem muito pium que não deixa comer direito e tomar banho no rio, tem que tomar cuidado com cobra e onça, cada parada na praia, dentro do rio tem raia, piranha, jacaré, cobra e outros tipos animais, não pode pular dentro do rio, perigo em toda parte. Os rios mais distantes são Vida Nova, no Rio Ituí, demora cinco dias para chegar a primeira aldeia; e Maronal, sete dias para chegar a primeira aldeia, dependendo do transporte.

Figura 14 MARUBO. Indo deixar material escolar na aldeia Komãya rio Curuçá, 2017.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido foi de suma importância para conhecer, entender e analisar o processo de escolarização e surgimento do movimento em prol dos direitos população indígena no interior do Vale do Javari, a temática proposta faz recordações sobre a historicidade do que aconteceu no período decadência do caucho, borracha e madeira.

Os Marubo já têm mais de 60 anos de contato com homem branco (*Nawa*), durante alguns períodos foram dominados por eles, na questão de trabalho no ciclo da exploração da borracha. A chegada dos missionários na aldeia, a vida dos Marubo não foram as mesmas, aos poucos os Marubo foram adotando modo de viver diferente.

No entanto, para fortalecer a escolarização instalada nas comunidades, o movimento indígena começou a caminhar buscando alternativas de ensino de qualidade, através das suas lutas, reivindicação, cobranças, diálogo e manifestação, com isso receberam apoio e respeito. O povo indígena do Vale do Javari, ficou grandemente conhecido por sua luta pela educação entre outras políticas públicas, principalmente os Marubo que sempre teve na frente da discussão e debate, buscando solucionar problemas enfrentados.

Através do conhecimento do não-indígena, alcançaram a educação, escrita, saúde, acesso à escola, formação de professores indígena, com o passar do tempo a relação do indígena com a cidade foi se fazendo cada vez mais presente, a partir daí os indígenas adquiriram outros conhecimentos em espaços públicos. Porém, a educação escolar está longe de ser de qualidade, precisa mais formação dos demais docentes.

A educação escolar indígena virou uma pauta política principal dos indígenas, do movimento indígena e de apoio aos índios. Deixou de ser uma temática secundária, ganhou importância à medida em que mobiliza diferentes atores, instituições, órgãos estaduais e municipais garantindo recursos. Pois eventos como encontros, reuniões e seminários têm se tornado recorrentes para a discussão da legislação educacional, de propostas curriculares para a escola indígena, formação continuada de professores, do direito de terem uma educação que atenda a suas necessidades e seus projetos de futuro.

O professor indicado para lecionar na aldeia assumi responsabilidade e compromisso com povo e aprendizagem das crianças, ele tem de ser tradutor, deve conhecer, aprender saberes tradicionais da comunidade e saberes não-indígenas, tem papel de pesquisador, reunir sempre com a comunidade, ter diálogo com pais dos alunos e liderança, manter a comunidade

informada, falante da língua materna e portuguesa, ou seja, bilíngue. Todo professor deve plantar bom semente, transmitindo conhecimentos tradicionais para alunos.

Em relação a construção da escola na aldeia, precisa ter mais diálogo com a comunidade, precisa ter material que tenha garantia e qualidade do prédio que atenda às necessidades do ensino indígena e não-indígena. E deve ser construído conforme a realidade do povo, mas não é isso que percebemos durante a pesquisa, é um trabalho do poder público simplesmente para agradar o povo indígena como foi dito anteriormente.

Acredita-se que a escola Marubo com Projeto Político Pedagógico aprovado, não teriam de passar por essas situações desnecessárias como vem acontecendo nos últimos anos, muito menos aceitar qualquer tipo de trabalho que desrespeitasse o documento que tem reconhecimento pelas autoridades. A existência do Projeto Político Pedagógico é justamente para impedir falta de respeito com a educação indígena que as escolas tenham autonomia de definir como devem trabalhar com as crianças, e quais disciplinas e metodologias que servira para ensinar crianças e jovens da aldeia, preparar jovens futuramente.

Nos últimos anos, a ausência de alunos na aldeia tem provocado prejuízo para professores contratos para trabalhar na aldeia. O motivo da saída não se sabemos, talvez seja por problemas pessoais ou simplesmente para aprender falar português, a maioria diz isso quando vão para cidade.

Por fim, diante de luta, reivindicações e conquistas foram momentos marcantes que aconteceu no interior da terra indígena. O passado serviu de aprendizagem, de reflexão de quaisquer fatores negativos que o povo Marubo guarda na memória, dito isto é o momento de pensar o dia de amanhã.

REFERÊNCIAS

ARMONIA. Paschoal Laércio. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Resolução CNE/CEB 5/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1.

BANIWA, Gersem, 1964. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos / Gersem Baniwa. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BONFIM. Arlene Silva Oliveira. Projeto Pira-Yawara. Programa de formação de professores indígenas no estado do Amazonas Manaus - Amazonas 1998

CAMPOS. Ivete Maria Barbosa Madeira. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVUSCENS, S. A situação dos povos indígenas do Vale do Javari. In: C. RICARDO (Ed.), Povos Indígenas no Brasil 1991 – 1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 333- 342. 1996.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. Babel da floresta, cidades dos brancos? Os Marubo no trânsito entre dois mundos. Novembro 2008.

Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA). Relatório: A situação da Educação Indígena no Vale do Javari, 2003. Autor: Jorge Oliveira Duarte Coord. Geral do CIVAJA e Clóvis Rufino Reis Setor de Educação/CTPSS/CIVAJA.

COUTINHO, Walter. Vale do Javari: indigenismo e antropologia. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2021.

CTI. Diagnóstico sobre a Educação Escolar Indígena na T.I. Vale do Javari. Brasília – DF 2008.

DUARTE, Nelly. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro. Brasil. 2017

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Educação e Povos Indígenas: Construindo uma Política Nacional de Educação Escolar Indígena. 2000. Disponível em: <http://institutoiepe.academia.edu/LuisGrupioni>. Acesso em. 16/06/2012.

LADEIRA, M. E.; NASCIMENTO, H. S.; MATOS, B. A. Escolas Indígenas: o porquê de uma ação pedagógica na Terra Indígena Vale do Javari. 2006. Disponível em: <https://www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em 20 junho 2022.

LADEIRA, Maria Elisa. O Significado da oralidade em uma sociedade multicultural. 2012. p.122-123. Disponível em: <https://www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em 21 de setembro 2022

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro/ Gersem José dos Santos Luciano. – Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced, 2013. 229p.

LIMA, Wérica. Primeira turma de professores indígenas do Vale do Javari cola grau em ensino superior. Município de Atalaia do Norte. Amazônia Real. Publicado no 16 de janeiro de 2022.

LUZ, Cassiano Catista da. Cartilha de Direitos Indígenas / Cassiano Batista da Luz, Henrique Dias Terena, Uziel Santana dos Santos. Brasília: AMTB, 2016.

MARUBO, Josileno E. Vereadores Indígenas e a política institucional legislativa no município de Atalaia do Norte. Relatório final PIBIC/UFAM 2018-2019.

MARUBO, Josileno E. Política indígena e (a luta por) educação no Vale do Javari. Relatório final PIBIC/UFAM 2020-2021.

MARUBO, Walciley Oliveira Duarte Relatório de viagem rio Ituí e Curuçá/ Atalaia do Norte-AM, CEEI/SEMED 2020.

MATOS, M. H. O. Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

MELATTI, DELVAIR M. e MELATTI, JULIO C. Relatório sobre os índios Marubo. Brasília, 1975.

REIS, R. O. B. et. al. Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte – AM. Cadernos de Estudos Socioambientais, v. 1, n. 1, p. 1–31, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/ces/article/view/1825>. Acesso em: 24 ago. 2020

REIS, R. O. B. Panã, o espírito do pássaro falante e a luta dos povos indígenas da Amazônia. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/wpcontent/uploads/2018/04/Biografia-Darcy.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020

REIS, R. O. B. Trajetórias de luta e a construção de uma política indígena no Vale do Javari - Amazonas. Anais do 3o Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL), 2019.

REIS, R. O. B. Transformações geracionais e a luta em defesa do território no Vale do Javari – AM. In: BARCELLOS, S. B. (Org.). Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências. Curitiba: Appris, 2021.

SANTANA, Suzeli Santos. Pelas Mulheres Indígenas: Um Panorama das Trajetórias femininas indígenas. Revista Trama, 2019.

SEMED. Censo escolar da Secretaria Municipal de Educação, município de Atalaia do Norte, 2021.

SIASI-SESAI/MS, Demográfico de quantitativo geral, Saúde Indígena, Vale do Javari TI 2021.

SILVA, B. N. V. Territorialidade Korubo no Vale do Javari – AM. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant – AM, 2017.

SILVA, José Barbosa da Silva. Memória sobre Pajé *Sina Romeya*. Aldeia Maronal, etnia Marubo rio Curuçá, 2016.

WELPER, Elena Monteiro. O Mundo de João Tuxaua: (Trans) formação do povo Marubo/ Elena Monteiro Welper. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2009.

Apêndice 1: Quadro de resumo da leitura documental

Relatórios
<p>Conselho Indígena do Vale do Javari- CIVAJA Relatório: A situação da Educação Indígena no Vale do Javari, 2003. Autor: Jorge Oliveira Duarte Coord. Geral do CIVAJA e Clóvis Rufino Reis Setor de Educação/CTPSS/CIVAJA.</p>
<p>Autor: João dos Santos Assunto: Relatório da Viagem no Rio Itacoá e Rio Branco, 2019.</p>
<p>Autora: Amélia Barbosa da Silva. Assunto: Relatório de acompanhamento pedagógico no rio Curuçá 2013 a 2021</p>
<p>Autor: Carlos Binan. Assunto: relatório de acompanhamento pedagógico no rio Jaquirana, primeiro Mayoruna fazer esse trabalho, 2015 a 2020.</p>
<p>Autora: Sebastiana Silva Abreu. Assunto: Relatório de acompanhamento pedagógico no rio Ituí, 2014 a 2021.</p>
<p>Autor: Walciley Oliveira Duarte. Assunto: Relatório de ações pedagógicas realizadas, dentro da Coordenação da escolar indígena durante 203 a 2020.</p>
Documentos
<p>CARTA DE ÂNUENCIA Associação de Desenvolvimento Comunitário da Povo Marubo do Alto Rio Curuçá- ASDEC. Assunto: Indicação da professora Amélia Barbosa da Silva com objetivo de contribuir ao desenvolvimento da educação escolar indígena de forma qualificada, para cargo de Pedagoga que possa acompanhar as atividades dos professores os alunos na região do rio médio e alto rio Curuçá, 2021. Vice-presidente da ÀSDEC: Jamir da Silva Marubo</p>
<p>CARTA DA ALDEIA RIO BRANCO-ETNIA MATIS Assunto: Solicitação de material escolar para atender as demandas das escolas. Estes materiais servem para estruturar e melhor atender os professores quanto alunos indígenas que frequentam a escola rural que se localiza na aldeia, 2021. Professora da aldeia Rio Branco: Kana Matis</p>
<p>CARTA DA ALDEIA LAR FELIZ-ETNIA MAYURUNA Assunto: Contratação de professor, 2021. Cacique da comunidade: Vicente Mayoruna</p>
<p>CARTA DE ÂNUENCIA ORGANIZAÇÃO DAS ALDEIAS MARUBO DO RIO ITUI-OAMI Assunto: indicação do pedagogo Walciley Duarte e do interprete Paulo Nascimento, para exercer as ações de Educação Escolar Marubo do Rio Ituí, na área T.I vale do Javari,2021. Presidente do OAMI: Felipe da Costa Doles Marubo.</p>
<p>CARTA DA ALEIA MASSAPE-RIO ITACOAÍ KANAMARY Assunto: Demissão da professora por não cumprir a responsabilidade como educadora na aldeia, 2021. Pedagogo: José Ninha Tavares Kanamari</p>

A leitura de documentos físicos como Relatório da CIVAJA 2003 foi realizada consulta na sede da UNIVAJA; Relatórios de viagens; acompanhamento pedagógicos; Carta de Anuências foram consultadas no prédio da Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI). Dessa forma, todos os documentos foram fundamentais para pesquisa, cada documento foi lido, analisado, interpretado e identificados as instituições indígenas, assim contribuiu bastante para o trabalho realizado.

Conteúdo de cada documento foi escrito pelos representantes indígenas da Associação, no qual eles fazem cobranças, indicação de professores para atuar na sala de aula, e outros são relatórios de viagens de trabalhos dos pedagogos indígenas e não indígenas que atende professores nas escolas indígenas da zona rural.

Apêndice 2: Registros fotográficos

Viagem no rio Javari



Fonte: MARUBO. Embarcação para entregar material escolar no Curuçá. 2021.



Fonte: MARUBO, Josileno. Escola José Rodrigues, aldeia Maronal, rio alto Curuçá, 2021.



Fonte: MARUBO. Escola da aldeia Volta Grande, construído pela prefeitura no ano de 2007, frente, 2021.



Fonte: MARUBO. Escola da aldeia Volta Grande, construído pela prefeitura no ano de 2007, dentro, 2021



Fonte: OAMI. Relatório de viagem Alto Médio e Ituí. Escola da aldeia Santa Luzia, 2022



Fonte: OAMI. Relatório de viagem Alto Médio e Ituí. Escola da aldeia Paulinho, 2022